



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

pag. 1681

ANO XLVI - Nº 42

SEXTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1991

BRASÍLIA _ DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 28ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE MAIO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CHICO VIGILANTE — Manifestação de apoio à greve dos vigilantes no Distrito Federal.

DEPUTADO EDISON FIDÉLES — Considerações sobre problemas de infraestrutura do Estado de Rondônia.

DEPUTADO OSVALDO BENDER — Forma de pagamento dos empréstimos agrícolas.

DEPUTADO CARLOS LUPI — Apelo para que haja maior fiscalização no pagamento do salário-educação, enfatizando a importância do Fundo Nacional do Desenvolvimento Econômico.

DEPUTADO ADROALDO STRECK — Regozijo pela escolha do Sr. Marcílio Marques para o Ministério da Economia

DEPUTADO RONALDO CAIA DO — Finalidade social do Banco do Brasil quanto à agricultura brasileira.

DEPUTADO GILVAM BORGES — Apelo à Casa para aprovação do Porto Franco, possibilitando a comercialização do Estado do Amapá com os países vizinhos.

DEPUTADO EDSON SILVA — Denúncia de sequestro de crianças em Fortaleza.

DEPUTADO LÁZARO BARBOSA — Ferrovia Leste-Oeste.

SENADOR EDUARDO SUPPLY — Ação declaratória de nulidade parcial contra a Câmara Municipal de Salvador pela eleição da Mesa Diretiva reconduzindo o Sr. Osório Villas-Bôas à presidência.

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Considerações sobre a exploração mineral, principalmente ouro.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 8, de 1990-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal. **Aprovado o substitutivo** com destaques, sendo prejudicado o projeto. Às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para redação final.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 8/90-CN. **Aprovada. À promulgação.**

1.3.1 — Comunicações da Presidência

— Referente às indicações dos representantes dos partidos na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e aos Projetos de Lei nºs 1, 2, 4 e 5 de 1991-CN, que se referem à abertura de créditos.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com a Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 28ª Sessão Conjunta, em 16 de maio de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Alexandre Costa, Dirceu Carneiro e Márcio Lacerda

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Beni Veras — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Coutinho Jorge — Dário Pereira — Dirceu

Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Irapuan Costa Júnior — João França — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Agri-

pino — José Eduardo — José Fogaça — José Richa — Júlio Campos — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Nelson Wedekin

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÔRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

— Odacir Soares — Onofre Quinan — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Roraima**

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; Francisco Rodrigues — PTB; João Fagundes — PMDB; Júlio Cabral — PTB; Rubem Bento — Bloco; Teresa Jucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelaes — Bloco; Gilvam Borges — Bloco; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTB.

Pará

Alacid Nunes — Bloco; Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Gerson Peres — PDS; Giovanni Queiroz — PDT; Hermínio Calvino — PMDB; Hilário Coimbra — PTB; Mário Chermont — PTB; Mario Martins — PMDB; Nicias Ribeiro — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Socorro Gomes — PC do B; Valdir Ganzer — PT.

Amazonas

Átila Lins — Bloco; Beth Azize — PDT; Euler Ribeiro — PMDB; Ézio Ferreira — Bloco; José Dutra — PMDB; Pauderney Avelino — PDC.

Rondônia

Carlos Camurça — PTB; Edison Fidelis — PTB; Maurício Calixto — PTB; Pascoal Novaes — PTR; Raquel Cândido — PDT; Reditário Cassol — PTR.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Celia Mendes — PDS; Francisco Diógenes — PDS; João Maia — PMDB; João Tota — PDS; Mauri Sérgio — PMDB; Ronivon Santiago — PMDB; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Edmundo Galdino — PSDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior — Bloco; Hagahus Araujo — PMDB; Leomar Quintanilha — PDC; Osvaldo Reis — PDC; Paulo Mourão — PDC.

Maranhão

Cesar Bandeira — Bloco; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — Bloco; Daniel Silva — Bloco; Francisco Coelho — PDC; Jayme Santana — PSDB; João Rodolfo — PDS; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; José Reinaldo — Bloco; Nan Souza — Bloco; Paulo Marinho — Bloco; Pedro Novais — PDC; Ricardo Murad — Bloco; Roseana Sarney — Bloco.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio dos Santos — Bloco; Ariosto Holanda — PSB; Carlos Virgílio — PDS; Edson Silva — PDT; Ernani Viana — PSDB; Gonzaga Mota — PMDB; Jackson Pereira — PSDB; José Linhares — PSDB; Luiz Girão — PDT; Luiz Pontes — PSDB; Marco Penaforte — PSDB; Maria Luiza Fontenele — PSB; Moroni Torgan — PSDB; Pinheiro Landim — PMDB; Sérgio Machado — PSDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Vicente Fialho — Bloco.

Piauí

B. Sá — PDS; Ciro Nogueira — Bloco; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — Bloco; João Henrique — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Paes Landim — Bloco; Paulo Silva — PSDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — Bloco; João Faustino — PSDB; Laíre Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — Bloco; Edvaldo Motta — PMDB; Efraim Moraes — Bloco; Evaldo Gonçalves — Bloco; Francisco Evangelista — PDT; Ivandro Cunha Lima — PMDB; José Luiz Clerot — PMDB; José Maranhão

— PMDB; Rivaldo Medeiros — Bloco; Vital do Rego — PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — PSB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Gustavo Krause — Bloco; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Carlos Vasconcellos — Bloco; José Múcio Monteiro — Bloco; Luiz Piauhyllino — PSB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PSB; Nilson Gibson — PMDB; Osvaldo Coelho — Bloco; Pedro Correa — Bloco; Renildo Calheiros — PC do B; Roberto Franca — PSB; Roberto Freire — PCB; Roberto Magalhães — Bloco; Salatiel Carvalho — Bloco; Sérgio Guerra — PSB; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Antônio Holanda — Bloco; Cleto Falcão — Bloco; José Thomaz Nonô — Bloco; Mendonça Neto — PDT; Olavo Calheiros — Roberto Torres — PTB.

Sergipe

Benedito de Figueiredo — Bloco; Djenal Gonçalves — PDS; Everaldo de Oliveira — Bloco; Jerônimo Reis — Bloco; José Teles — PDS; Messias Góis — Bloco; Pedro Valadares — Bloco.

Bahia

Alcides Modesto — PT; Ângelo Magalhães — Bloco; Beraldo Boaventura — PDT; Clóvis Assis — PDT; Eraldo Tinoco — Bloco; Félix Mendonça — PTB; Geddel Vieira Lima — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jabes Ribeiro — PSDB; Jairo Azi — PDC; Jaques Wagner — PT; João Almeida — PMDB; João Alves — Bloco; João Carlos Bacelar — PMDB; Jonival Lucas — PDC; Jorge Khoury — Bloco; José Carlos Aleluia — Bloco; José Falcão — Bloco; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — Bloco; Luís Eduardo — Bloco; Luiz Moreira — PTB; Luiz Viana Neto — PMDB; Manoel Castro — Bloco; Pedro Irujo — Bloco; Prisco Viana — PMDB; Ribeiro Tavares — PL; Sebastião Ferreira — PMDB; Sérgio Brito — PDC;

Sérgio Gaudenzi — PDT; Uldurico Pinto — PSB.

Minas Gerais

Agostinho Valente — PT; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Annibal Teixeira — PTB; Aracely de Paula — Bloco; Armando Costa — PMDB; Avelino Costa — PL; Célio de Castro — PSB; Christóvam Chiaradia — Bloco; Edmar Moreira — Bloco; Elias Murad — PSDB; Felipe Neri — PMDB; Fernando Diniz — PMDB; Getúlio Neiva — Bloco; Humberto Souto — Bloco; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Irani Barbosa — PL; Israel Pineiro — PRS; João Paulo — PT; João Rosa — PMDB; José Aldo — PRS; José Belato — PMDB; José Geraldo — PMDB; José Santana de Vasconcellos — Bloco; José Ulisses de Oliveira — Bloco; Luiz Tadeu Leite — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Maurício Campos — PL; Neif Jabur — PMDB; Nilmário Miranda — PT; Odelmo Leão — Bloco; Osmário Pereira — PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PSDB; Paulo Heslander — PTB; Pedro Tassis — PMDB; Ronaldo Perim — PMDB; Samir Tannús — PDC; Sandra Starling — PT; Saulo Coelho — PSDB; Sérgio Naya — PMDB; Tilden Santiago — PT; Vittorio Medioli — PSDB; Wilson Cunha — PTB; Zaire Rezende — PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos — PMDB; Etevalda Grassi de Menezes — PMDB; João Baptista Motta — PSDB; Jones Santos Neves — PL; Jório de Barros — PMDB; Nilton Baiano — PMDB; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PMDB; Rose de Freitas — PSDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — Bloco; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Carlos Alberto Campista — PDT; Carlos Lupi — PDT; Carlos Santana — PT; César Maia — PMDB; Cidinha Campos — PDT; Edésio Frias — PDT; Eduardo Mascarenhas — PDT; Francisco Dornelles — Bloco; Francisco Silva — PDC; Jair Bolsonaro — PDC; Jamil Haddad — PSB; Jandira Feghali — PC do B; João Mendes — PTB; José Carlos Coutinho — PDT; José Egydio — Bloco; Junot Abi-Ramia — PDT; Laerte Bastos — PDT; Laprovita Vieira — PMDB; Márcia Cibilis Viana — PDT; Marino Clinger — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Bornier — PL; Paulo de Almeida — PTB; Paulo Portugal — PDT; Paulo Ramos — PDT; Roberto Campos — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — Bloco; Sandra Cavalcanti — Bloco; Sérgio Arouca — PCB; Sérgio Cury — PDT; Sidney de Miguel — PDT; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT; Wanda Reis — PMDB.

São Paulo

Alberto Goldman — PMDB; Alberto Haddad — PTB; Aldo Rebelo — PC do B;

Aloizio Mercadante — PT; André Benassi — PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame — PSDB; Arnaldo Faria de Sá — Bloco; Ary Kara José — PMDB; Beto Mansur — PDT; Cardoso Alves — PTB; Cunha Bueno — PDS; Diogo Nomura — PL; Edevaldo Alves da Silva — PDS; Eduardo Jorge — PT; Ernesto Gradella — PT; Euclydes Mello — Bloco; Fábio Feldmann — PSDB; Fabio Meirelles — PDS; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Heitor Franco — PDS; Hélio Bicudo — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; José Cicote — PT; José Dirceu — PT; José Genoíno — PT; José Serra — PSDB; Koyu Iha — PSDB; Liberato Caboclo — PDT; Luiz Carlos Santos — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Magalhães Teixeira — PSDB; Maluly Netto — Bloco; Manoel Moreira — PMDB; Marcelino Romano Machado — PDS; Marcelo Barbieri — PMDB; Maurici Mariano — Bloco; Mendes Botelho — PTB; Nelson Markezelli — PTB; Osvaldo Stecca — PSDB; Ricardo Izar — PL; Roberto Rollemberg — PMDB; Robson Tuma — PL; Sólón Borges dos Reis — PTB; Tadahshi Kuriki — PTB; Vadão Gomes — Bloco; Valdemar Costa — PL; Walter Nory — PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas — PTB; João Teixeira — Bloco; José Augusto Curvo — PL; Rodrigues Palma — PTB; Wellington Fagundes — PL.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Benedito Domingos — PTR; Chico Vigilante — PT; Eurides Brito — PTR; Maria Laura — PT; Osório Adriano — Bloco; Sigmaringa Seixas — PSDB.

Goiás

Antônio de Jesus — PMDB; Antonio Faleiros — PMDB; Delo Braz — PMDB; João Natal — PMDB; Lazaro Barbosa — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Maria Valadão — PDS; Mauro Miranda — PMDB; Osório Santa Cruz — PDC; Paulo Mandarino — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Roberto Balestra — PDC; Ronaldo Caiado — ; Virmondes Cruvinel — PMDB; Zé Gomes da Rocha — Bloco.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Bloco; Flávio Derzi — Bloco; George Takimoto — Bloco; José Ehas — PTB; Nelson Trad — PTB; Valter Pereira — PMDB; Waldir Guerra — Bloco.

Paraná

Antônio Barbara — Bloco; Antonio Ueno — Bloco; Basilio Villani — Bloco; Carlos Roberto Massa — Bloco; Carlos Scarpelini — PMDB; Delcino Tavares — PMDB; Edesio Passos — PT; Edi Siliprandi — PDT; Élio Dalla-Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Ivanio Guerra — Bloco; Joni Varisco

— PMDB; Luciano Pizzatto — Bloco; Luiz Carlos Hauly — PMDB; Matheus Iensen — PTB; Max Rosenmann — Bloco; Munhoz da Rocha — PSDB; Onaireves Moura — PTB; Otto Cunha — Bloco; Paulo Bernardo — PT; Pinga Fogo de Oliveira — Bloco; Reinhold Stephanes — Bloco; Renato Johnsson — Bloco; Romero Filho — PMDB; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Werner Wanderer — Bloco; Wilson Moreira — PSDB;

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; César Souza — Bloco; Dejandir Dalpasquale — PMDB; Dércio Knop — PDT; Eduardo Moreira — PMDB; Hugo Biehl — PDS; Jarvis Gaidzinski — PL; Luiz Henrique — PMDB; Neuto de Conto — PMDB; Orlando Pacheco — Bloco; Paulo Duarte — Bloco; Renato Vianna — PMDB; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Muller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Arno Magarinos — Bloco; Carlos Azambuja — PDS; Carlos Cardinal — PDT; Carrion Júnior — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pedroso — PDT; Fernando Carrion — PDS; Fetter Júnior — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Jorge Uequed — PSDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Raul Pont — PT; Telmo Kirst — PDS; Victor Faccioni — PDS; Wilson Müller — PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)

— As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 423 Srs. Deputados

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações

A Mesa, antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, que é o nobre Congressista Chico Vigilante, apela aos Srs. Deputados e Senadores que, neste momento, certamente cumprem misteres dos seus gabinetes, para que se desloquem imediatamente ao plenário. Matérias importantes terão que ser apreciadas hoje, especialmente a que diz respeito à composição da nova Comissão Mista de Orçamento

Estamos todos aqui, o plenário começa a receber a presença de deputados e senadores, e confiamos em que todos os Srs. Congressistas se encaminhem para o plenário, a fim de que tenhamos, no menor espaço de tempo possível, o **quorum** indispensável à apreciação da matéria.

A palavra é concedida ao nobre Congressista Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congress-

sistas, quero trazer ao conhecimento desta Casa, no dia de hoje, nesta manhã, dois fatos para mim muito graves.

O primeiro, trata-se da greve dos vigilantes do Distrito Federal. Os vigilantes já estão há três dias em greve, reivindicando reajuste salarial de 100% dos seus salários, naturalmente um salário arrochado, miserável mesmo, de Cr\$36.000,00, e estão 100% paralisados. Entretanto, a Polícia Militar do Distrito Federal, através do seu Coordenador de Operações, o Major Lopes, está fornecendo policiais para fazer serviço extra, cobrindo as agências bancárias, e as empresas estão pagando até oito mil cruzeiros pelo dia de trabalho de um policial.

Isso para mim é um fato gravíssimo, pois o Estatuto da Polícia Militar proíbe esse tipo de ação.

Portanto, é um fato da maior gravidade.

O outro, Sr. Presidente, trata-se do problema existente aqui dentro da Câmara, no Anexo I.

É do conhecimento de todos nós o tanto que são explorados esses trabalhadores da limpeza, essas senhoras que fazem a faxina desse bloco.

Aqui existem companheiros, como a Dona Marlene Porfírio da Silva, que trabalhava aqui há oito anos; a dona Maria Lúza de Oliveira, que trabalha há dez anos; a Dona Terezinha Neves Mota, que trabalha há sete anos; a Dona Terezinha de Castro, que trabalha há dez anos, e a Dona Maria do Socorro, há 11 anos trabalhando aqui.

Num trabalho de denúncias contantes que temos feito junto ao 1º Secretário da Câmara, o Deputado Inocêncio Oliveira, conseguimos que fosse dado o ticket — alimentação para esses trabalhadores que fazem a limpeza desta Casa. Entretanto, a empresa Ipanema, neste mês, atrasou a distribuição desses tickets, e aquelas trabalhadoras que haviam feito uma greve para poder conquistar esses tickets procuraram o Deputado Inocêncio Oliveira para poder resolver o problema.

O Deputado Inocêncio Oliveira, que tem mostrado uma decência à altura do cargo que ocupa, prontamente solucionou o problema, resolveu-o de imediato. Entretanto, o responsável pela empresa aqui na Câmara, o Sr. Coutinho, ontem, devolveu para a empresa, e serão demitidas, oito trabalhadoras, simplesmente por terem reclamado do ticket-alimentação que não lhes estava sendo dado, por motivo de atraso. E são trabalhadoras, Sr. Presidente, repito, com até onze anos de trabalho aqui, limpando, fazendo a faxina constante desta Casa.

Portanto, é necessário, e vou conversar daqui a pouco com o Deputado Inocêncio Oliveira, que essas trabalhadoras permaneçam aqui, porque, se nesta Casa, que é a Casa do povo, que é a Casa onde se fazem as leis, se alguém for devolvido e demitido simplesmente porque reclama seus direitos, o que será do restante dos trabalhadores, o que será do restante das pessoas que trabalham neste País e que não trabalham aqui na Câmara, que trabalham em outros locais?

A mesma coisa está ocorrendo com uma trabalhadora, funcionária da Câmara, que trabalha na Biblioteca. Ela participou de um plebiscito para a escolha do Diretor da Biblioteca, e está sendo perseguida, simplesmente por ter sido escrutinadora naquele plebiscito.

Portanto, é uma coisa contra a qual não vou me calar de maneira nenhuma, vou estar ao lado de todos os trabalhadores desta Casa, porque penso que a justiça tem que começar a ser feita a partir daqui. Se não tivermos capacidade de fazer as coisas e de melhorar a situação dos trabalhadores desta Casa, que dedicam a sua vida aqui dentro, como é que vamos fazer leis para os outros, se não somos capazes de fazer com que a democracia, com que as leis sejam respeitadas aqui neste recinto?

Portanto, coloco-me lado a lado de todos os trabalhadores desta Casa, principalmente dos mais explorados, como é o caso dessas trabalhadoras faxineiras, que foram devolvidas, num ato de insanidade desse encarregado chamado Coutinho.

Daqui a pouco, vou procurar o Deputado Inocêncio Oliveira para que possamos resolver esse problema. Porque não é justo que trabalhadores, com mais de onze anos de trabalho, sejam devolvidos por terem reclamado seus direitos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Edison Fidélis.

O SR. EDISON FIDÉLIS (PTB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em respeito a este número de parlamentares que prestigia a sessão, é que ocupo esta tribuna para ficar de frente aos nobres colegas.

Querida aqui, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, longe de um desabafo, fazer uma análise da perspectiva de futuro do nosso País como um todo e, particularmente, do estado que representamos nesta Casa, o Estado de Rondônia. Muitos estados têm a sua auto-suficiência financeira e administrativa. E o Governo Federal, se vai bem ou mal, o estado consegue sobreviver e, às vezes, até impor um ritmo de desenvolvimento muito maior, muito mais positivo do que aquele imprimido pelo Governo Federal.

O Estado de Rondônia, ao contrário, como um estado novo, com pouca infra-estrutura, cuja determinação legal e responsabilidade do Governo Federal constam da Lei Complementar nº 41, que o criou, é um estado altamente dependente do Governo Federal. Quando o Governo Federal entra nessa ciranda de troca de ministros, por falta de um planejamento governamental, quando, pouco depois de um ano de mandato busca, ainda, um plano a ser discutido com a sociedade, através do chamado entendimento nacional, o estado, que é amplamente dependente do Governo, paga um sério tributo por isso.

Sr. Presidente, Sr^o e Srs. Congressistas, os problemas vitais do Estado de Rondônia estão ligados ao Ministério da Infra-Estrutura. Temos o problema seríssimo, que é a conclusão da hidrelétrica de Samuel, que há mais de um ano não vê repasses financeiros do Governo Federal, tendo já 92% da sua obra concluída. Temos o problema seríssimo da União, que foi feita a licitação há mais de um ano, e a obra não foi contratada, porque, naturalmente, fornecerá energia para o interior, desde que concluída a hidrelétrica. Esses assuntos estão ligados ao Ministério da Infra-Estrutura.

Temos um outro organograma do antigo Ministério das Minas e Energia que previa para 1990, o início da construção da usina hidrelétrica de Ji-Paraná, no rio Machado Ji-Paraná, nas proximidades de Machadinho, cuja obra está prevista para dez anos e que, sequer, saiu das pranchetas.

Temos o maior problema no Estado de Rondônia que afeta os Estados do Amazonas, de Roraima, do Acre e a região Norte do País, que já mencionei diversas vezes aqui, que é o completo abandono da BR-64, única via de acesso à região Norte do País. Não se vai a Manaus, não se vai a Boa Vista, não se vai a Rio Branco sem passar pela BR-364. O tratamento que está sendo dispensado à BR-364 é exatamente o mesmo dispensado à BR-319, ligando Porto Velho a Manaus, que não mais existe. Esses problemas estão ligados ao Ministério da Infra-Estrutura.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem completamos três meses no exercício do mandato nesta Câmara, efetivamente. E nesses três meses, como deputado federal, começamos o entendimento e a negociação dessas obras, desses investimentos, com três ministros. É brincadeira o que está acontecendo neste País! Em três de mandato já tivemos que conversar com três ministros da Infra-Estrutura! Queremos fazer um apelo aqui ao Sr. João Santana para que S. Ex^a permaneça um pouco neste ministério. É brincadeira quando se começa um entendimento, Srs. Congressistas, da necessidade do estado, que é basicamente dependente do Ministério da Infra-Estrutura, quer dizer, quando os Srs. Parlamentares, os Governadores dos estados começam a convencer o ministro das nossas necessidades prementes, do nosso sofrimento, o ministro pega o chapéu e vai embora. É demais! Quero aqui fazer um apelo ao Sr. João Santana que permaneça ou, pelo menos, se pretender sair, faça alguma coisa, pelo menos um desses itens, pelo Estado de Rondônia. Estamos assistindo, na imprensa local de lá, que a rodovia será recuperada, que há verba do Minfra, e nada disso acontece. Toda semana faço quatrocentos quilômetros de buracos na BR-364. Não sou eu que estou cansado, não, porque sou bem pago para isso, e aceito o ônus de ser deputado federal e ter que fazer isso, mas o povo contribuinte é que paga e não merece esse sofrimento.

Sr. Presidente, para concluir, resta citar outro grande problema, que temos em Ron-

dônia: é a Previdência Social. Tenho certeza, Sr. Presidente, nobre colegas, que V. Ex^{as} não têm idéia do que vou dizer: Rondônia não tem sequer um hospital credenciado pelo Inamps, pelo INPS, pelo INSS, nada, nenhuma unidade. O comerciante e o industrial pagam, têm sua contribuição retida, descontada e não recebem qualquer vantagem. Nenhum hospital, nenhuma unidade hospitalar oferece tratamento através de convênio como o Inamps. Tínhamos o desejo de ver esse assunto resolvido. E qual é a nossa surpresa? temos um ministro da Previdência, que é ministro de direito. Esse moço nunca foi ministro de fato, ou não está ou se o foi, algum dia, faz muito tempo, nem ele sabe. É preciso que esse moço desocupe esta pasta, definitivamente, e dê lugar a quem deseje trabalhar. O maior destaque deste ministro foi correr com o Presidente, rebocado por uma kombi, tempos atrás. É preciso que isso seja tratado com seriedade. Uma pasta como o Ministério da Previdência, e está aí o resultado: os escândalos. Precisamos de um ministro que interesse, que tenham pulso e bote isso para funcionar. Outros estados ainda têm, a reboque, uma assistência previdenciária. Nós não temos sequer uma unidade hospitalar e nenhuma esperança, quando temos um ministro-fantasia, um homem que ocupa o cargo de direito e não o exerce de fato.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, resta registrar aqui um agradecimento ao ministério da Saúde: em duas oportunidades, quando procuramos o Ministério, no caso da epidemia de arbovirose, que afetou os Municípios de Ariquemes e Ouro Preto, tivemos, por incrível que pareça, a sensibilidade do Ministro Alcení Guerra e de toda sua equipe, fazendo o repasse de recursos extraordinários para socorrer as prefeituras municipais.

Resta registrar, aqui, desse Governo Federal, a boa vontade do Ministro Cabrera, que em duas oportunidades nos recebeu bem e se comprometeu a visitar o Estado de Rondônia. Acreditamos nós que, com essa visita, ele possa, efetivamente, se inteirar dos problemas da região e, consequentemente, sensibilizar-se com angústia do povo de Rondônia.

Estamos aqui a cobrar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o que é que o Ministério da Infra-Estrutura está fazendo neste País. Ali se concentraram vários ministérios, sem que contudo nós tenhamos sequer um ministro efetivo. Temos tido até hoje ministro de plano.

Fica aqui o meu apelo ao Sr. João Santana, para que fique pelo menos noventa dias nesse ministério, porque não agüentamos mais ter um ministro por mês. Principalmente um estado como o nosso, o de Rondônia, onde falta tudo. Um estado que precisa ser estruturado, que está nascendo, onde o grande problema, realmente, é a infra-estrutura, e nós não temos um Ministério da Infra-Estrutura trabalhando, atuante, com esse entra-e-sai de ministros.

Fica o nosso protesto, o nosso apelo, especialmente na tão propalada recuperação da

BR-364. V. Ex^{as} não têm idéia, uma estrada como a que se encontra a nossa é cinquenta vezes pior do que uma rodovia sem asfalto. É horrível! Como já disse, temos que suportar, porque recebemos esse ônus, somos pagos para isso e sabíamos que tínhamos que fazer esse trabalho. Mas o povo não suporta mais.

Fica aqui o nosso apelo, o nosso registro, o nosso agradecimento à compreensão do Sr. Presidente, e à paciência dos nobres colegas congressistas. Esperamos, realmente, que o Governo Federal diga a que veio, porque para o estado de Rondônia está apenas cumprindo o seu papel de dirigente do Estado, sem incluir o nosso Estado de Rondônia em qualquer planejamento, em qualquer obra que justifique a presença do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

Durante o discurso do Sr. Edison Fideles, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Alexandre Costa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na noite de ontem, a Câmara dos Deputados teve duas votações muito importantes, sendo que uma delas, que ainda não está concluída, vem ao encontro das aspirações e do desejo da classe rural, dos nossos produtores rurais. Graças a Deus, a Câmara conseguiu rejeitar o veto apostado ao dispositivo que vinculava a correção monetária, mesmo não existindo mais, agora é a TR, ao produto agrícola, na variação dos produtos produzidos com empréstimos concedidos para a produção. Isso foi muito bom. Mas eu venho à tribuna neste momento para fazer um apelo aos Srs. Senadores, para que confirmem, ratifiquem, dêem o ratifiquem a votação da Câmara, porque é uma matéria muito importante e de grande alcance social.

Pelo que observei, se a votação tivesse sido consumada na noite de ontem, ela não teria sido ratificada. Tenho certeza, pela presença, pelo número registrado no painel, no mínimo, acredito que deve se repetir a votação de ontem à noite, quando havia cinquenta e poucos Srs. Senadores. Com esse número, acredito que o veto pode ser rejeitado.

Sr. Presidente, era nesse sentido que queríamos nos manifestar, dizer da importância dessa matéria que, se aprovada, trará de volta ao meio rural a tranquilidade, a segurança, onde esses empréstimos anunciados de 900 bilhões poderão gerar riquezas e, principalmente, produzir. E, aí, deixa de existir a preocupação com o preço dos produtos acompanhando a correção, porque também os produtores não vão mais necessariamente ter que

pagar a correção oficial da TR, mas sim a variação nos próprios produtos. Isso significará alimentos a preços mais baixos e maior produção.

Sr. Presidente, tenho certeza que, com esta ratificação pelos Srs. Senadores, teremos de volta a paz no campo e, principalmente, a segurança, a tranquilidade. Do contrário, mesmo com os 900 bilhões anunciados, qual produtor se animará em tomar esse dinheiro pagando a TR? O produtor não terá condições de pagar essa correção com sua produção. Por isso mesmo ele não se empolgará para produzir. Ele manterá uma lavoura pequena, produzindo para o seu sustento, mas não produzirá em quantidade suficiente para que tenhamos alimentos na mesa dos nossos trabalhadores das cidades. O Governo passará a importar alimentos, e assim estaremos subsidiando os produtores rurais dos outros países. Por que não ratificar agora esse dispositivo, dando um pequeno subsídio para a produção de alimentos deste País?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tivemos o prazer de receber, ontem, na comissão de Educação, Cultura e Desportos o Sr. Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, convocado por este Deputado que ora fala, para prestar esclarecimentos sobre os desvios do salário-educação.

Quero primeiramente, esclarecer a esta Casa da satisfação deste Deputado e demais membros daquela comissão pela maneira educada e democrática com que o Sr. Ministro compareceu e se pronunciou durante todos os questionamentos feitos pela comissão.

Mas eu queria deixar registrado dois assuntos que acho de importância relevante para a população brasileira e que, no meu entender, ainda ficaram sem resposta.

Primeiro, a verba do salário-educação, que é um verba de fundamental importância para o Ministério da Educação, e que é proveniente de 2,5% cobrado sobre o montante dos salários dos funcionários de cada empresa no Brasil, não tem ainda uma fiscalização, um acompanhamento eficiente da máquina do Ministério em cima dessas empresas para saber se realmente elas estão contribuindo com esse imposto, se estão cumprindo essa lei federal. O próprio Sr. Ministro confessou, ontem, na comissão, que o Ministério não tem ainda um grupo de fiscais suficiente em todo o Território nacional para fiscalizar os milhares e milhares de empresas, tanto urbanas quanto de interior, que têm a obrigatoriedade de pagar esse imposto.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esse imposto é o responsável pela manutenção do ensino fundamental no território brasileiro. Vejam a importância desse dinheiro para a educação do nosso povo. É esse o dinheiro

com que o Ministério da Educação com que os estados e os municípios mantêm o seu ensino fundamental, o ensino de primeiro grau, que é onde reside a maior carência do Brasil em termos de ensino.

Então, é necessário, como colocou o Sr. Ministro — e quero ressaltar aqui, no Congresso Nacional, essa proposta — que o Ministério da Educação, através do Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional, assine convênios com os estados e com os municípios, que são partes interessadas em receber esse dinheiro, para que possamos fiscalizar, através das Secretarias de Fazenda estaduais, das Secretarias de Fazenda municipais, se as empresas estão cumprindo a lei, com o pagamento desse imposto. Mais ainda, porque existem na própria lei algumas maneiras para que esse dinheiro não seja pago, alguns desvios de percurso, através dos quais as empresas podem conceder possíveis bolsas de estudo para seus funcionários e reembolsar, financeiramente, o funcionário que venha a fazer algum curso. Isso tudo implica a diminuição do montante de 2,5% que ela tem de depositar para o salário-educação.

Então, é necessário a atenção desta Casa, a atenção dos congressistas, a atenção da sociedade brasileira como um todo, primeiro para a importância que esse dinheiro tem para a manutenção do ensino fundamental na sociedade brasileira; em segundo, para o grande desvio, a grande sonegação que as empresas estão fazendo hoje dessa taxa obrigatória com a qual devem contribuir

Só para citar um exemplo, o próprio Ministério, num relatório apresentado a nós, membros da Comissão de Educação, fez uma amostragem, para citar o meu Estado, o Rio de Janeiro, em cerca de 3.500 bolsas, e verificou que 70% delas eram falsas, eram fraudulentas. Isso numa amostragem. Se fôssemos fazer uma auditoria em todas as bolsas do Brasil — que devem se situar entre 300 e 400 mil — teríamos uma idéia do montante que é desviado, que é sonegado, criminosamente, pelas empresas, só no item de bolsas de estudo. Vem, então, a sonegação por parte das empresas: primeiro, muitas empresas nem depositam esse dinheiro; segundo, falsificam o montante que tem que ser depositado; terceiro, falsificam bolsas e contribuições, obrigando o funcionário a assinar que está recebendo dinheiro de reembolso para a sua manutenção de ensino, quando, na realidade, não recebem nada.

Essa situação é muito grave e eu quero deixar registrado, aqui, nesta Casa, que a nossa preocupação maior é no sentido de que esse imposto, que é uma obrigação das empresas, seja fiscalizado pela máquina administrativa de uma maneira mais eficiente.

E vai aqui, desta Casa, também, o apelo feito, ontem, ao Sr. Ministro, para que o primeiro convênio a ser assinado para fiscalizar se as empresas estão pagando o salário-educação seja feito no Estado do Rio de Janeiro, onde ocorre o maior índice de fraudes de bolsas do Território brasileiro. Enquanto a

média nacional de fraude é de 17%, no Rio de Janeiro a média é de 50 a 55%.

Nós não podemos deixar que isso continue, porque isso é dinheiro do povo. Se nós temos as dificuldades que temos, no território brasileiro, para manter o ensino básico para o nosso povo, para manter escola pública boa, para manter professores bem pagos, que possam ter o conforto de saber e ter tempo, ter aprendizagem suficiente para ensinar os seus alunos, nós precisamos cuidar do dinheiro que vai cuidar disso.

Então, em relação a esse dinheiro que as empresas devem, que forma o salário-educação, que é administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, através desse fundo gerido, é necessário uma fiscalização mais eficiente.

Sr. Presidente, para finalizar, quero dizer que esses convênios que o Ministério está propondo aos estados e municípios são de vital importância para a manutenção de um ensino eficiente de primeiro grau nos respectivos estados e municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)

— A Presidência da Casa faz um apelo aos Srs. Senadores e Deputados que se encontram nos gabinetes, nos corredores e nas comissões, cujos trabalhos devem ser levantados, pois temos votação importante, que é a Resolução nº 8, que se refere à Comissão Mista Permanente, prevista no art. 166, § 1º da Constituição que disciplina a normatização do Orçamento da República.

Então, solicito que venham ao plenário, para que possamos votar matéria de mais alta importância.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Adroaldo Streck.

O SR. ADROALDO STRECK (PSDB —

RS. Para encaminhar, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, embora não seja Governo e continue fazendo oposição, estive neste microfone, na semana passada, para parabenizar o Presidente Fernando Collor pela escolha que fez do Embaixador Marclio Marques Moreira para a condução da Pasta da Economia.

Neste momento, Sr. Presidente, estou retornando para dizer que, mais uma vez, Sua Excelência o Presidente da República, através do Ministério da Economia, acaba de acertar de novo no momento em que entrega a Secretaria de Economia à ex-Ministra Dorothea Werneck, militante do meu Partido, o PSDB.

Houve, inclusive, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um questionamento a propósito da aceitação do convite pela ex-Ministra Dorothea Werneck. Como uma militante do PSDB pode aceitar tal convite? Entendo que uma técnica da competência de Dorothea Werneck está acima, ao menos neste momento, de qualquer filiação partidária. De mais a mais, Sr. Presidente, ela não tem um mandato parlamentar, ela não tem um mandato

eletivo, o que, certamente, a obrigaria a consultar a direção do Partido.

A minha manifestação é, portanto, de regozijo, em primeiro lugar, pelo fato de Marclio Marques Moreira ter-se lembrado do nome de Dorothea Werneck e, em segundo lugar, por ela ter aceitado o desafio de desmontar essa bomba-relógio chamada descongelamento. E, mais ainda, uma outra bomba-relógio, de que se incumbirá, também, Dorothea Werneck de desmontar, que é essa relação com os salários.

O meu depoimento público nesta Casa, Sr. Presidente, em torno dos acertos do Governo, quando o Governo acerta, é para provar que precisamos fazer oposição, mas também reconhecer as circunstâncias em que o Governo escolhe bem, como efetivamente escolheu nesses dois casos que eu acabei de citar.

Era exatamente isso que eu gostaria que ficasse registrado nos Anais do Congresso Nacional. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa)

— Reitero solicitação aos Srs. Congressistas para que compareçam ao plenário, pois dentro de 15 minutos procederemos à votação de lei de mais alta importância para o Congresso Nacional. Solicito aos Srs. Congressistas que se encontram nos corredores, em seus gabinetes ou nas comissões, cujos trabalhos devem ser levantados, que compareçam ao plenário para a votação.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (GO. Pronun-

cia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós gostaríamos de enfatizar novamente, de discutir e de chamar a atenção de todos os nossos colegas deputados e senadores a respeito daquela matéria cuja votação se iniciou ontem. Essa luta já vem de longo tempo. Desde maio de 1990 a agricultura brasileira foi, mais uma vez, golpeada, com suas dívidas sendo reajustadas a índices do IPC, a 84%, enquanto o preço mínimo em apenas 42%. Discutamos isso com todas as autoridades do setor econômico deste País. Levamos o sentimento do setor a todos os canais do Governo Federal, para realmente viabilizar uma classe que já não suportava mais economistas acadêmicos, que queriam sempre achar a saída da crise do País em cima dos ombros da agricultura brasileira. E, naquela época, Sr. Presidente, fizemos mobilizações pelo País afora. Tive oportunidade, junto a várias lideranças no meu Estado de Goiás, de denunciar aquilo em praça pública, levar a classe produtora rural num movimento ordeiro, pacífico, democrático, à frente das agências do Banco do Brasil, para dizer que a classe não suportava mais aquela punição. Sr. Presidente, a resposta que tivemos do ex-Presidente do Banco do Brasil, Sr. Alberto Policaro, não foi se sensibilizar com aquele quadro caótico por que passava o setor, mas de agir autoritariamente e arbitrariamente, fechando as agências de duas grandes cidades importantes do meu

estado, de Jatuf e Quirinópolis, querendo implantar uma política de terrorismo, para acozardar todos os produtores rurais a não mais reivindicarem os seus direitos. O goiano levantou com bravura, coragem, e resistiu a todas aquelas medidas, próprias de ditadores de quartelão, e conseguimos, sem dúvida alguma, reabrir as agências do Banco do Brasil nessas duas grandes e importantes cidades do meu estado.

Mas, logo ao entrar nesta Casa, vimos a matéria de um companheiro nosso, deputado do Tocantins, instalar uma comissão parlamentar de inquérito, quando seriam ouvidas essas arbitrariedades praticadas pelo Sr. Alberto Policaro. Aguardávamos ansiosos por esse dia, para poder desmascarar essa farsa que ele propunha como sendo uma alteração e uma modificação na estrutura do Banco do Brasil, que fazia com que aquele banco se transformasse num dos bancos que tinha muito mais a preocupação com agiotagem do que realmente com a finalidade social e com o desenvolvimento rural em nosso País.

Mas tivemos agora a alegre notícia de que hoje assume a Presidência do Banco do Brasil, o Dr. Lafayette Coutinho, com quem tivemos oportunidade de discutir assuntos semelhantes, com fechamentos de agências da Caixa Econômica Federal em nosso estado, pessoa que tem sensibilidade política, que sabe das dificuldades e das angústias do cidadão do interior.

Acredito que, agora, aquele banco realmente vai voltar à trilha e ao caminho que sempre cursou neste País, ou seja, o desenvolvimento do interior, o apoio à agricultura e ao setor produtivo primário, para que possamos sair dessa crise.

Nesta hora, quero não só parabenizá-lo como também ao Dr. Álvaro Mendonça, que assume, neste momento, a Presidência da Caixa Econômica Federal.

Vejo agora, com melhor expectativa, o futuro daqueles que trabalham e produzem neste País, porque vejo dois homens realmente comprometidos com os setores produtivos e não com o sistema da agiotagem.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o que pedimos também é a presença dos Srs. Senadores nesta votação, para que possamos concretizar aquilo que a Câmara dos Deputados conseguiu ontem, que foi uma vitória, e temos que dizer, importante para nós nesta Casa, para podermos mostrar que aqui, independente de sigla partidária, o setor produtivo está bem representado. Aqui, sim, existe o espírito de corpo, no sentido de respaldar este Brasil que produz e trabalha.

Queremos dizer, ainda, que aquilo que derrubamos ontem e que fizemos prevalecer atende, sem dúvida nenhuma, uma pequena parcela do setor produtivo primário, mas já é importante. Precisamos da concretização desse fato, com a aprovação pelo Senado.

Em relação ao art. 6º, que deverá ser colocado em votação na próxima semana, o que conseguiremos não é aquele antigo pleito do setor produtivo primário em trazer o reajuste a 42%, mas, infelizmente, só temos a opção

de dar ao produtor rural um reajuste de 74,6%, ainda penalizando-o em 34%.

Sr. Presidente, para concluir quero pedir que realmente, na próxima semana, concretizemos tudo isso, para mostrarmos que a agricultura tem representação nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Nobres Senadores, queiram se dirigir ao plenário. Dentro de 15 minutos vamos dar início à votação de projeto da mais alta importância para os Srs. Senadores e Deputados.

Com a palavra o nobre Congressista Gilvam Borges.

O SR. GILVAN BORGES (Bloco — AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: É lamentável e frustrante a situação que temos observado no dia-a-dia, no cotidiano.

O Amapá vive hoje, como muitos estados da Federação, uma situação calamitosa. Entendemos que somente a seriedade política e o desejo da mudança poderá melhorar e transformar este País.

Não poderemos garantir, Sr. Presidente, somente 25% do orçamento à Educação, precisamos estender muito mais, pois somente o investimento no cidadão e no homem poderá definitivamente mudar os rumos deste País.

Em nossa recente visita ao nosso Estado do Amapá, percorrendo os rios, afluentes do grande rio Amazonas, observamos a miséria que está assentada há muito tempo na região, e a diferença da política adotada, da discriminação entre o Sul e o Norte, onde o Norte representa somente o guardião das riquezas e o fornecedor de matérias-primas. É preciso mais atenção do Governo Federal para com o Norte do País, para que possamos realmente traçar uma meta de desenvolvimento. Somente com a adoção de uma política articulada é que poderemos dar um prosseguimento mais sério.

Recentemente, apresentamos nesta Casa o projeto de lei que cria o Porto Franco. O Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa, com o Suriname, com os países do Caribe e da América do Norte. O Governo Federal terá que, em breve, observar que uma política de desenvolvimento para aquela região trará, com a abertura dos portos, uma comercialização com países vizinhos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o recém-criado Estado do Amapá, o novo Estado do Amapá, vem a esta Casa, através de seus parlamentares, pedir o apoio, e o empenho para que possamos caminhar com as próprias pernas. Como diz o nobre Deputado Otto Cunha, que foi prefeito há muitos anos e tem observado, no mapa, com muita atenção, o Amapá: "Deputado Gilvam o Amapá tem perspectiva, porque tem riqueza e tem um povo bravo. Entretanto, isolado da forma que está, jamais poderá caminhar, como deve".

Precisamos abrir os portos. Fazemos um apelo a todos os deputados e senadores, desta Casa, para que nos deem cobertura, nos deem aprovação para a criação do Porto Franco, e deixem o resto com o bravo povo do Amapá.

Sr. Presidente, vemos que V. Exª já está um tanto aflito, porque deseja colocar as matérias em votação. Iremos encerrar o nosso pronunciamento dizendo que lá no extremo Norte estamos nos preparando para o desenvolvimento e esperamos contar com os nobres companheiros deputados e senadores para que deem uma oportunidade ao Amapá, a fim de que possamos comercializar com os países vizinhos.

Com certeza, iremos dar uma contribuição ao País, a nível nacional.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Determino à Secretaria-Geral da Mesa que sejam abertos os painéis. Temos que verificar o número de presenças porque o Congresso Nacional precisa votar, na manhã de hoje, matéria da mais alta importância.

As comissões devem suspender os seus trabalhos. A Presidência apela aos senadores e deputados que se encontram em seus gabinetes que se dirijam ao plenário.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Edson Silva.

O SR. EDSON SILVA (PDT — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas, gostaria, nesta oportunidade, de chamar a atenção das autoridades do nosso País para um grave problema que está se abatendo sobre a capital do Ceará, Fortaleza.

Tenho aqui em mãos o editorial do jornal **O Povo**, de quarta-feira, ontem, 15 de maio, que traz a narrativa do drama que está sendo vivido por dezenas, centenas de famílias que habitam uma favela na capital do Ceará. É que, há dois anos, um misterioso caso vem acontecendo naquela localidade; o desaparecimento de crianças, o seqüestro de crianças. Oito crianças já foram sequestradas nesses dois últimos anos naquela favela de Fortaleza. E a notícia que corre e que amedronta e que causa pavor à população é o fato de que essas crianças estão sendo seqüestradas e vendidas para outros países como a França por exemplo, para servirem de cobaias.

Há indícios de que um Juiz de Menores da Capital esteja envolvido no tráfico de crianças. O fato está sendo apurado, e o juiz já foi afastado da função.

Queremos aqui, entretanto, alertar as autoridades, chamar a atenção das autoridades porque a Polícia Federal se nega a colaborar para desvendar o mistério do desaparecimento dessas crianças.

Quando deputado estadual nós fizemos um apelo, por escrito, à Superintendência da Polícia Federal do Ceará para que nos ajudasse na investigação para descobrir o mistério que estava ali acontecendo no que diz respeito ao rapto de crianças. Infelizmente, a Polícia

Federal respondeu dizendo que não era tarefa da sua alçada.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a população se revolta é porque quando um grande empresário é sequestrado, quando uma pessoa importante é raptada, é sequestrada, aí se mobilizam todas as autoridades do País: Polícia Federal, Marinha, Aeronáutica, Exército, Governo, para descobrirem o cativo, para descobrirem onde está a vítima do sequestro. Quando a vítima é uma criança pobre de uma favela, de uma cidade pobre do Nordeste, como é Fortaleza, nem mesmo a Polícia Civil, nem Militar, nem Polícia Federal, ninguém se preocupa com esse drama que está vivendo grande parte da população de Fortaleza.

Então, eu gostaria de, neste pronunciamento de protesto, pedir para que este editorial do jornal *O Povo* constasse dos Anais desta Casa e de fazer um apelo ao Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, determinando à Polícia Federal, no Ceará, a investigar e ajudar a descobrir esse mistério que está apavorando grande parte do povo de Fortaleza. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. EDSON SILVA EM SEU DISCURSO:**

O ESCÂNDALO DOS RAPTO

Fortaleza se comove com mais um rapto de criança ocorrido no Parque São Miguel, em Messejana. Novamente, é uma menina a vítima: Simone da Silva, de oito anos de idade. Tal como as outras, carregada na calada da noite, sem que ninguém tenha identificado seu raptor.

Seu nome formará ao lado de outros que não desapareceram da memória de seus entes queridos, mas parecem apagados na agenda policial. Cristiane, Roseane, Liziane, Patrícia, Daiana, Natália, Adeliane e agora Simone. Nomes que rimam na dor e na miséria, quando não no descaso de quem deveria impedir tal sucessão de crimes.

A sociedade se sente indignada e impotente, pois não sabe a quem mais recorrer. Não se admite que num espaço de sete anos, nove crianças sejam raptadas, praticamente no mesmo lugar, sem o menor indício do seu destino ou de seus captores. Na verdade, a primeira delas apareceu morta, no dia 25 de novembro de 1984. Seu assassino jamais foi identificado. Mesmo com o acúmulo de dados existentes, a polícia não conseguiu deduzir nenhuma hipótese lógica, para pelo menos secundar as investigações. Todas as crianças são do sexo feminino, de uma mesma faixa etária e com nomes semelhantes. Não estaríamos diante de um maníaco? Por que a polícia até hoje não deu resposta a essa questão e não chegou sequer a vasculhar uma lagoa que há nas redondezas?

Já temos levantado este argumento, mas vamos fazê-lo de novo: se fosse uma criança rica, da Aldeota, certamente não teríamos

atingido o número de nove vítimas sem solução. E essa constatação aceita com a maior naturalidade, é a maior prova do alto grau de descrédito em que caíram os organismos encarregados da segurança do cidadão. São crianças pobres, muitas das quais vivendo num meio social degradado, daí a pouca comoção que provocam nos meios decisórios.

Ano após ano este jornal dá vazão ao clamor e à indignação dos que se sentem manietados pela impossibilidade de fazer alguma coisa mais concreta para esclarecer esses fatos, já que não há resposta dos organismos encarregados para tanto. A cada rapto, elevam-se aos ares os gritos de aflição dos familiares, mas com a mesma rapidez se esfumam no ar, depois de se depararem com a repetição das mesmas justificativas, por parte das autoridades, dos anúncios sobre a pronta tomada de providência e todo um ritual que chega à exaustão de tão repetido.

Uma sociedade que preza seus direitos não pode permitir a continuação desse escândalo, sob pena de tornar-se refém de forças incontroláveis. A Colômbia é um exemplo dessa degeneração. Para chegar até o ponto de o mundo do crime se constituir num Estado dentro do Estado, começou-se pela difusão paulatina da impunidade, a partir dos pequenos crimes. No Brasil, já estamos assistindo a manifestações claras desse processo.

Se não for um maníaco sexual, possivelmente estaremos diante de um esquema organizado de rapto, com pessoas moradoras da área, pois conhecem os hábitos dos moradores, sabendo exatamente a hora de atacar. E o que tem feito a polícia para manter a área sob vigilância durante todos esses anos? Quais as pistas seguidas e por que foram abandonadas? Não há desculpa que justifique a repetição do mesmo crime por nove vezes seguidas. É a prova mais cabal da ineficiência, e da nulidade, mesma, do aparato policial. Não se trata de um, dois ou três raptos, mas de nove, na mesma área.

Seria desastroso se permanecêssemos passivos diante desse quadro de inépcia. A sociedade exige a apuração desses crimes e quer fatos, não mais desculpas.

Solidarizamo-nos com a dor desses pais, por mais humildes que sejam, que a cada novo crime vêem esmaecer-se esperança de voltar a abraçar seus pequenos filhos, atormentando-se na angústia de saber o destino que eles levaram.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência pede aos Srs. Deputados que compareçam aos postos avulsos para registrar a presença. A Mesa pede aos Srs. Deputados que se encontram nas comissões que suspendam os trabalhos e compareçam ao plenário do Congresso Nacional, pois se trata de matéria da mais alta importância que não poderá deixar de ser votada hoje, nesta manhã

Com a palavra o nobre Congressista Lázaro Barbosa

O SR. LÁZARO BARBOSA (PMDB — GO: Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a ferrovia Leste-Oeste, cujo projeto a levará a cortar importantes extensões do Estado de Goiás, é de fundamental importância, não apenas para Goiás, mas para Mato Grosso e o restante do País.

Na parte goiana o projeto prevê que a ferrovia Leste-Oeste cortará os Municípios de Rio Verde, Jataí, passando por Chapadão do Céu, beneficiando uma das mais importantes regiões produtoras de grãos do meu estado. Para que V. Ex.^{sa} tenham idéia, apenas no Distrito de Chapadão do Céu, Município de Aporé, a produção de soja, este ano, atingiu a seis milhões de sacas.

Sr. Presidente, depois de uma longa e cansativa espera, na expectativa de que esse projeto saísse do papel, registro o meu regozijo de parlamentar, de goiano, e de brasileiro, sobretudo, ao tomar conhecimento de que, brevemente, o primeiro trecho da ferrovia Leste-Oeste será implantado.

Venho, pois, a esta tribuna, esta manhã, para fazer este registro, manifestando a alegria dos goianos, da classe produtora de Goiás.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Congressistas (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Lázaro Barbosa, o Sr. Alexandre Costa deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Marcio Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB — GO: Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.^{tes} e Srs. Deputados, o Governo Federal divulgou, recentemente, o documento intitulado "Programa de Reconstrução Nacional", propondo ampla discussão de seu conteúdo por todos os setores da sociedade. Como o Congresso Nacional é fórum natural de debates como o proposto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pretendo, com este pronunciamento, registrar minha modesta contribuição referente aos aspectos relacionados com o setor transporte.

O Brasil apresenta, hoje, uma matriz de transportes inadequada às suas características físicas, não encontrando paralelo em nenhum outro país, independente de seu estágio de desenvolvimento, ou regime político. Enquanto naqueles se observa um equilíbrio na participação dos vários modos de transporte, aqui nota-se uma excessiva participação do modal rodoviário, responsável pela movimentação de mais de 60% de toda a carga produzida. Isto faz com que o Brasil apresente um dos mais elevados custos de transporte do mundo, sendo, em média 120% superior ao do Canadá, o dobro da União Soviética e 60% maior que o custo praticado nos Estados Unidos.

Este fato nos leva, imediatamente, à questão energética: o transporte rodoviário de

carga apresenta alto consumo de combustível, quando comparado com os outros modais. E o Brasil é um país que, além de petróleo, ainda importa mais de vinte mil barris de óleo diesel por dia, e, segundo previsões da própria Petrobrás, este consumo deve chegar a duzentos mil barris diários no final desta década.

Outra grave questão a ser abordada refere-se às diferenças entre os diversos meios de transporte nas várias regiões do Brasil. Cada uma delas apresenta uma realidade diferente com maior ou menor predomínio de um modal sobre outro, ou até mesmo a inexistência de algum deles. Consideremos, por exemplo, a região Centro-Oeste, onde a situação do transporte de cargas é crítica. Seu custo é o mais elevado do País, quase 40% acima da média nacional, o que dificulta a exploração de seu território e consequentemente, impede a maior participação de seus estados componentes na economia nacional. Já a região Sudeste apresenta indicadores que permitem compará-la a diversos países europeus. Ali se constata menor custo de transporte do País, pois há competitividade entre os diversos meios e sua matriz de transporte aproxima-se do modelo dos países desenvolvidos.

Este aspecto é muito complexo, pois a reversão desses desequilíbrios regionais, até se atingir as participações possíveis de cada modal em função das características físicas das regiões brasileiras, se daria através de investimentos a níveis incompatíveis com a nossa atual realidade econômica.

Pois bem, Sr. Presidente, nobres Parlamentares: o documento a que me referi no início deste pequeno pronunciamento, não obstante sua nobre intenção de promover os debates que levam ao equacionamento dos graves e grandes problemas nacionais, apenas delinea idéias gerais sem a necessária definição de suas amplitudes no contexto dos propósitos governamentais. As linhas de ação e suas consequências mais imediatas deveriam estar ali de forma mais detalhada, bem como os modelos de financiamento possíveis de serem adotados. Este último aspecto, então, é de fundamental importância para a recuperação do setor, hoje debilitado em seus aspectos físicos, comprometendo, em consequência, a circulação das riquezas produzidas nos níveis de eficiência desejados.

O Governo Federal pretende combater as distorções da função transporte propondo o regime de livre competição, para permitir, como alega o documento, maior liberdade de circulação e de escolha da modalidade pelo usuário. Ora, isso só seria possível a partir da constatação da existência de todos os modos de transportes à disposição da sociedade em todo o seu território, em condições de competitividade, o que não existe, conforme já abordado.

Não deixa de ser louvável estimular a participação da iniciativa privada na expansão dos sistemas existentes, mas os investimentos necessários para a realização de projetos rodo-

viários, ferroviários ou hidroviários, quase sempre estão acima de patamares orçamentários aceitáveis pelo investidor privado. Nesse ponto cabe ao Estado desempenhar seu papel de indutor de desenvolvimento, gerando benefícios sociais que não podem ser aliados apenas do ponto de vista financeiro.

Reconhecemos, no entanto, Sr. Presidente, os louváveis esforços feitos ultimamente pelo Executivo, no sentido de tentar resolver certas questões de grande interesse nacional. Para o caso da conservação e manutenção das nossas estradas, por exemplo, o Governo sancionou a Lei nº 8.155, de 28 de dezembro de 1990, criando a Taxa de Conservação Rodoviária, que, no entanto, foi obstada por uma ação do Partido Socialista Brasileiro junto ao Supremo Tribunal Federal, alegando sua inconstitucionalidade. Estamos, todos nós brasileiros, aguardando a sábia decisão daquela Egrégia Corte, quanto a aplicabilidade da lei.

Outro fato de muita importância é o Projeto de Lei nº 8, de 1991, atualmente em tramitação nesta Casa, e que trata da reformulação da política portuária, reorganizando a operação nos portos, de forma a reduzir as altas tarifas ali praticadas, e aumentar sua competitividade no cenário do comércio marítimo internacional.

São atitudes corajosas e louváveis, que devemos aplaudir. Mas ainda há um extenso caminho a percorrer, e estamos aqui para trilhá-lo juntos. Na medida em que o Executivo detalha suas intenções na forma de projetos de lei, a discussão sobre os temas passam a ser mais eficazes, permitindo a todos uma realização mais abrangente de todos os problemas a ele relacionados. E dessa maneira, todos nós, aqui no Congresso Nacional, poderemos cumprir nossa obrigação cívica de contribuir com nosso esforço e conhecimento para buscar as soluções mais adequadas à realidade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Encerrado o período de Breves Comunicações, vamos passar à Ordem do Dia.

Insistimos para que os Srs. Congressistas que estejam nas comissões compareçam ao plenário.

Suspenderemos a sessão por dez minutos, para organizarmos os nossos trabalhos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 10 horas e 8 minutos, a sessão é reaberta às 10 horas e 32 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Está reaberta a sessão.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Nobre Senador Eduardo Suplicy, atendo

S. Ex^a, mas primeiro a palavra é dada ao nobre Senador Ronan Tito, em seguida darei a V. Ex^a.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, também serei breve.

Quero usar da palavra para pedir a todos os Srs. Congressistas que se encontram em seus gabinetes e nas comissões que venham marcar a sua presença, a fim de, verificado o **quorum**, seja dado prosseguimento à sessão, porque temos algumas matérias da maior relevância e que não podem esperar para a próxima semana. Exemplo disso é a questão da Comissão de Orçamento destinada a apreciar o Orçamento, que não dispõe de reglamento, sem o qual não podemos instalá-la.

A outra questão diz respeito ao veto.

Faço este apelo, principalmente aos Srs. Senadores, para que acorram ao plenário, por favor, a fim de que tenhamos **quorum** para proceder as votações, principalmente desses dois itens, repito, a questão do nosso Regimento Interno no que diz respeito ao Orçamento e a questão do veto ao recurso do BNDES para a agricultura, porque precisamos mais de cinquenta Srs. Senadores para apreciá-los.

Este é o apelo que faço aos Srs. Congressistas no sentido de que acorram ao plenário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas está visitando o Congresso Nacional a Vereadora Geracina Aguiar Pinto, baiana, de Salvador, do Partido dos Trabalhadores, que veio a Brasília para solicitar a solidariedade dos Srs. Congressistas e, em particular, dos parlamentares da Bahia, a respeito da Ação Declaratória de Nulidade que S. Ex^a está movendo junto ao Juiz da Vara da Fazenda Pública, em função de o Sr. Osório Cardoso Villas-Bôas, Presidente da Câmara Municipal de Salvador, no biênio de 1989/1990 haver terminado o seu mandato. De forma inconstitucional, reeleveu-se para mais um biênio.

A Vereadora Geracina Aguiar Pinto solicita uma Ação Declaratória de Nulidade Parcial do Ato Jurídico à reeleição do presidente contra a Câmara Municipal de Salvador, órgão legislativo daquele município, representado por sua diretiva, composta pelos Srs. Osório Cardoso Villas-Bôas e outros, uma vez que aquele foi eleito, pela segunda vez, presidente.

A Lei Orgânica de Salvador, em seu art. 35, § 2º ao repetir a norma dos arts. 57, § 4º da Carta Magna e 71, II da Constituição Estadual, que proíbe a recondução de membro da Mesa para o mesmo cargo, admitiu a reeleição sem que constasse o impedimento constitucional, isto é, não fazendo constar a expressão "vedada a recondução para o

mesmo cargo", que é um complemento do preceito

Entretanto, admitiu-se a reeleição, sem que constasse o impedimento constitucional, não fazendo constar a expressão:

"Vedada a recondução para o mesmo cargo, que é um complemento do preceito"

Ora, a Constituição Federal dispõe, em seu art. 29, que:

"O município reger-se-á por lei orgânica... que a promulgará, atendidos princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo estado e os seguintes preceitos:

VII — proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo estado, para os membros da Assembléia Legislativa." (Os negritos são nossos).

Por essa razão, Sr. Presidente, queremos, aqui, apoiar o pedido da Vereadora Geracina Aguiar Pinto, com o fundamento nos arts. 29, VII, 37, e 57, § 4º da Constituição Federal, e 55, 60 e 71 da Carta Estadual da Bahia, combinados com o art. 145 do Código Civil, que propõe a presente Ação Declaratória de Nulidade Parcial do pleito que reconduziu o Vereador Osório Villas-Bôas para um segundo e imediato mandato na Presidência da Câmara Municipal de Salvador, para que seja declarada por sentença, como pede, a sua inelegibilidade para aquele cargo, em face do princípio constitucional proibitivo, aplicável ao município, nulos todos os atos praticados pelo referido presidente, a partir de 2 de janeiro deste ano.

Por esta razão, Sr. Presidente, solicito seja transcrito nos Anais este documento, como parte integrante do meu pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

Ex^{ma} Senhor Doutor Juiz da Vara da Fazenda Pública:

GERACINA AGUIAR PINTO, brasileira, solteira, professora, vereadora à Câmara Municipal de Salvador, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua do Paraíso, 34, apt. 1 402, por seu procurador infrafirmado, que tem escritório no endereço constante do verso desta, vem propor o presente procedimento ordinário de ação declaratória de nulidade parcial de ato jurídico (eleição da Mesa Diretiva), contra a Câmara Municipal, de Salvador, órgão legislativo deste município, representado por sua Mesa Diretora composta dos Srs. Osório Cardoso Villas-Bôas, José Pires Castelo Branco, Pedro Luiz da Silva Godinho, Milton Silvério Maltez Leone, funcionários, Sandóval Souza Guimarães médico, casados, e Carlos Correia de Menezes Sant'Anna Filho, estudante, solteiro, que em pleito interno, foram eleitos respectiva-

mente Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º 2º e 3º Secretários, todos residentes nesta capital, podendo ser localizados na própria Câmara, pelos motivos a seguir expostos:

Preliminarmente, vale consignar que a retem "personalidade judiciária", podendo, assim, figurar no polo passivo de qualquer relação processual, embora integre a pessoa jurídica de direito público — Município do Salvador, consoante entendimento pacífico dos tribunais.

1. Os Fatos:

1.1 A autora é um dos vereadores que compõem a Câmara Municipal desta cidade, eleitos que toram no último pleito de 15 de novembro de 1988, consoante demonstra com fotocópia de seu diploma expedido pela Justiça Eleitoral (doc. nº 2)

1.2. A posse dos edis e a eleição da mesa de todas as Câmaras do país, para o biênio 1989/1991, foi prevista para o dia 1º de janeiro de 1989, pelo § 4º, do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ora vigentes, tendo sido escolhido, naquela ocasião o Vereador Osório Villas-Bôas para presidir a câmara Municipal de Salvador

1.3. A renovação da Comissão Executiva da Câmara, que deve ocorrer bianualmente, em razão de mandamento constitucional (federal e estadual) se deu, este ano, no dia 2 de janeiro (§ 2º do art. 35 da Lei Orgânica do município), tendo sido reeleito, para o cargo de Presidente, o mesmo cidadão, edil Osório Villas-Bôas (doc. nº 3).

1.4.1 E isto ocorreu porque a Lei Orgânica de Salvador, em seu art. 35, § 2º, ao repetir a norma dos arts. 57, § 4º da Carta Magna e 71, II da Constituição Estadual, que proíbe a recondução de membro da Mesa para o mesmo cargo, admitiu a reeleição sem que constasse o impedimento constitucional, isto é, não fazendo constar a expressão "vedada a recondução para o mesmo cargo", que é um complemento do preceito.

1.5.1 Reeleito o Presidente, no contexto de um amplo "conchavo" político-administrativo, a maioria da Câmara se empenhou para que não houvesse recondução para os demais cargos. O intuito evidente foi o de tentar passar despercebida a manipulação, importando, no caso, apenas a permanência do Presidente, mesmo ferindo princípio constitucional.

1.6. Foi, sem dúvida, uma manobra que desgastou a Câmara Municipal de Salvador, tornando-se o único poder, no País, a ter um Presidente reconduzido.

1.7. E esse desgaste do legislativo sotero-politano, que não é recente, mas vem se revelando há muito tempo, não é bom para o regime democrático nem para os nossos combatidos costumes, atingindo seu ápice em razão da aprovação de leis já julgadas inconstitucionais pelo Egrégio Tribunal de Justiça da Bahia, dentre as quais vale lembrar a da "Taxa de Lixo" e do aumento do IPTU.

1.8. A requerente lutou por outra chapa, tentando, através do voto, impedir um ato flagrantemente inconstitucional, que é a re-

condução de membro da Mesa, mas os interesses da maioria falaram mais alto e a Carta Magna foi vilipendiada por aqueles que, como políticos, deveriam defendê-la a todo custo.

1.9. E para restaurar o princípio constitucional (proibição de reeleição de membro de Mesa de Câmara), para lutar pela moralização do legislativo e até mesmo para fixar uma diretriz nos próximos pleitos é que esta ação é requerida, na certeza de encontrar, na Justiça, a seriedade e a responsabilidade que não ocorreram no último pleito do legislativo sotero-politano.

2. O Direito:

2.1. A Constituição Federal dispôs, em seu art. 29, que

"O município reger-se-á por lei orgânica que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo estado e os seguintes preceitos:

VII — proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo estado, para os membros da Assembléia Legislativa." (Os negritos são nossos).

2.2. A Constituição do Estado da Bahia, em seu art. 55, repetiu a obrigação dos municípios de observarem os princípios que adotou e aqueles consagrados pela Carta Magna:

"Os municípios do Estado da Bahia são unidades regidos por suas leis orgânicas observado o disposto na Constituição Federal e nesta Constituição."

2.3. Ora, as proibições e incompatibilidades que alcançam membros do Congresso Nacional, deputados estaduais e vereadores estão claramente definidas no § 4º do art. 57 da Constituição Federal, além de outras:

"Cada uma das casas reunir-se-á em sessões preparatórias para a posse e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente." (Os negritos são nossos).

2.4. E a Carta baiana, observado o princípio, repetiu o preceito no seu art. 71, II, ao atribuir competência à Assembléia Legislativa para

subsequente." (Destaque nosso).

2.5. O dogma que impede a recondução para os cargos executivos alcança as pessoas políticas existentes no Estado brasileiro. Tal postulado protege a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico e o abuso do exercício de função ou cargo. Constitui-se em princípio ético, vinculado aquele outro da moralidade (art. 37 da Lei Fundamental) e objetiva impedir o

domínio do poder por um grupo, correlacionando-se com a própria essência do regime democrático.

"Na Constituição brasileira, a temporariedade das funções eletivas vem expressa em seus arts 27, § 1º; 28, 2, I; 32, §§ 2º e 3º; 34, VI; 34, VII, "a"; 44, parágrafo único; 46, § 1º; e 82. Este é um princípio fundamental de nosso sistema jurídico e, por isto, não podem a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal vir a desobedecê-lo, sob pena de rigorosas sanções." ... "Logo, as pessoas políticas, obrigadas que são a adotar o princípio republicano, precisam, necessariamente, estabelecer a temporariedade das funções políticas e a responsabilidade (política, civil e penal) dos gestores da coisa pública" (Rorque CArazza, Curso de D. Constitucional, ERT, 2ª ed, pág. 47 e 54). O destaque não é do texto

2.6 Proibidos de se reelegerem estão o Presidente da República, Governadores, Prefeitos, Presidentes do Senado, Câmara Federal, Assembléias e Câmaras Municipais, não podendo o princípio republicano ser violado em qualquer dos Poderes ou em qualquer de seus níveis.

"Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica não apenas a uma específico mandamento obrigatório, mas a todo sistema de comandos.

É a mais grave forma de ilegalidade ou de inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido; porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremediável de seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. Isto porque com ofendê-lo, abatem-se as vigas que o sustentam e alui-se toda estrutura neles reforçadas" (Antonio Bandeira de Mello, in Elementos de Direito Administrativo, pág. 230).

2.7. A proibição de reeleição para cargo da Mesa Diretora de qualquer legislativo é matéria tão pacífica que não tem despertado maior atenção dos doutrinadores, mesmo porque os parlamentares brasileiros não têm tido a ousadia — como teve a maioria de Salvador — de desconhecer a vedação constitucional, especialmente após o texto proibitivo expressa na atual Carta Federal

"Os membros da Mesa, por vedação constitucional não podem ser reeleitos para o mesmo cargo" (prof. Mayr Godoi, in Câmara Municipal, Leud, 1989, pág. 58).

"As constituições ou leis orgânicas proibem a reeleição dos membros da Mesa das Câmaras Municipais" (José Afonso da Silva, Manual do Vereador, pág. 31, Fundação Faria Lima).

"A LOM — Lei Orgânica Municipal deve prever para os vereadores, adapta-

damente, as proibições e incompatibilidades previstas para os deputados estaduais na respectiva Carta. Prevalece, no caso, o princípio da similaridade.

"A LOM — Lei Orgânica Municipal deve prever para os vereadores, adaptadamente, as proibições e incompatibilidades previstas para os deputados estaduais na respectiva Carta. Prevalece, no caso, o princípio da similaridade, segundo o qual a regra básica é válida para o legislador federal, estadual e municipal" (Município no Brasil, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), pág. 16).

2.8 Assim, ao reconduzir o Vereador Osório Villas-Bôas para o mesmo cargo de Presidente, que ele exerceu no biênio imediatamente anterior, a maioria da Câmara Municipal praticou um ato vedado pelas Constituições Federal e Estadual, sendo nulo de pleno direito.

2.9. E para finalizar, um magistério do acajado jurista Hely Lopes Meirelles (Direito Municipal Brasileiro, 4ª ed. ERT, pág. 562):

"Nas eleições seguintes, a Mesa será constituída sob a direção da anterior, na forma regimental, sendo vedada a recondução de qualquer de seus integrantes para o mesmo cargo". (Os negritos são nossos).

O Pedido

Com fundamento nos arts. 29, VII, 37 e 57, § 4º da Constituição Federal e 55, 60 e 71 da Carta Estadual, combinados com o art. 145 do Código Civil, vem propor a presente Ação Declaratória de nulidade parcial do pleito que reconduziu o Vereador Osório Villas-Bôas para um segundo e imediato mandato na Presidência da Câmara Municipal de Salvador, para que seja declarada, por sentença, como pede, a sua inelegibilidade para aquele cargo, em face do princípio constitucional proibitivo, aplicável ao Município, nulos todos os atos praticados pelo referido Presidente, a partir de 2 de janeiro deste ano, e, por via de consequência, pede que seja processada nova eleição para a Presidência da Câmara, condenados a Ré nas custas e nos encargos da sucumbência, e o beneficiário a devolver todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo

Isto posto, pede, também, a citação da Ré, representada pela sua Mesa Diretiva e de todos os Vereadores da Câmara, na qualidade de litisconsortes passivos necessários, para que, no prazo legal, se quiserem, ofereçam a defesa que tiverem, sob pena de ser reputado verdadeiro o fato aqui articulado, como o é, e pedindo que a ação seja julgada procedente.

Embora a matéria seja essencialmente de direito, requer, ad cautelam, todas as provas admissíveis, especialmente a juntada, pela Ré, das atas de eleição de sua Mesa Diretiva, para o biênio 89/91 e para o período 91/93

e dá à causa, para simples eleito fiscal, a quantia de Cr\$10 mil.

São litisconsortes passivos necessários, os seguintes Vereadores. Osório Cardoso Villas-Bôas — José Pires Castelo Branco — Pedro Luiz da Silva Godinho — Milton Silvério Maltez Leone — Sandoval Souza Guimarães — Carlos Correia Menezes S Filho — João Ribeiro de Souza Dantas — Nilton José de S. Ferreira — Antonio Robespierre L. dos Santos — Pedro dos Santos Melo — Silvoney Sales de Almeida — Francisco Javier Alfaya — Domingos M. A. Bonifácio — Everaldo Menezes Teixeira — Antonio Cerqueira Lima — Everaldo Bispo — José Ramundo dos Santos — João Henrique de B. Carneiro — Arnando Lessa Silveira — Gilberto José — Atanázio Julho dos Santos — Valdenor Cardoso — Gilberto Passos Gil Moreira — Joaquim Costa — Guilherme A. Santos Brandão — Cândido Rizutti — Daniel Gomes de Almeida — Elizabeth Maria Souto Wagner — Álvaro Martins Santos — Dionisio Juvenal dos Santos — Astério Caetano Costa — Antonio Cal — Itaberaba Sulz Lyra — Agnaldo Sales Sampaio.

Salvador, 3 de maio de 1991.

O Sr. Eraldo Trindade — Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Eraldo Trindade.

O SR. ERALDO TRINDADE (Bloco — AP. Pela liderança Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, apenas sugeriria à Mesa que acelerasse os trabalhos, Sr. Presidente, pois, neste momento, algumas comissões ainda se encontram reunidas, o que naturalmente está dificultando a existência de quorum para votação da sessão programada para hoje

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Há 56 Srs. Senadores e 423 Srs. Deputados na Casa. Há número regimental.

Com a palavra o último orador, Deputado Cardoso Alves. Logo após, vamos iniciar a votação.

O SR. CARDOSO ALVES (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, apenas para fazer algumas considerações sobre a economia brasileira dos últimos tempos, que vem sendo esmagada, vem sendo sucateada. O Brasil vai-se tornando um País cada vez mais pobre e as suas populações cada vez mais carentes

Hoje, Sr. Presidente, quero fazer algumas considerações a respeito de nossa produção de ouro. Já não está mais aqui entre nós o Deputado Gabriel Guerreiro, cuja especialidade era justamente a mineração; zelava ele por esse importantíssimo setor da nossa economia. Somam-se ao afastamento constitucional das multinacionais na exploração de nosso subsolo outras dificuldades que nos vêm empobrecendo paulatinamente: a produção nacional de ouro caiu de 75 toneladas,

em 1989, para cinquenta, em 1990, e deve cair para 35 toneladas no presente ano, não por que o Brasil não tenha tradição, tecnologia e capital para a mineração; temos alguma tradição, alguma tecnologia e algum capital, mas à exceção da Companhia Vale do Rio Doce. É necessário que reconheçamos as nossas dificuldades nesse setor. O Código de Mineração brasileiro é aquele que não seria adotado na China ou na Rússia, por ser muito radical. Por outro lado, Sr. Presidente, o ingresso do polvo chamado Ibama no setor dificulta ainda mais a mineração. Nós todos somos ecologistas, todos amamos a natureza, todos queremos o equilíbrio dos ecossistemas, queremos preservar as nossas riquezas, mas harmonizando essa política humana e necessária de todo o universo com as nossas necessidades econômicas. A intromissão do Ibama dificulta e corrompe a política de mineração no País.

Era este o novo alerta que eu gostaria de fazer ao Congresso Nacional, a exemplo do que fiz anteontem sobre a nossa indústria de tecnologia de ponta, na tentativa de minorar a sorte do nosso País, na tentativa de reduzir a recessão, porque a recessão é a falta de dinheiro, é a falta de lar, é a falta de trabalho, é a fome, é a doença, é a morte da nossa Nação. (Muito bem!)

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista José Serra, pela ordem.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de fazer um apelo no sentido de que os parlamentares do meu partido, que estão nas salas, venham ao plenário, porquanto teremos que fazer a votação e uma quantidade muito grande de destaques, — mais da metade — que foi retirada, vai simplificar muito o processo de votação. Então, faço um apelo para que possamos proceder à votação ao longo da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Exª será atendido.

A Mesa apela aos Srs. Congressistas que se encontram nas comissões, nos seus gabinetes, ou quaisquer dependências da Casa, para acorrerem ao plenário do Congresso Nacional, pois a votação vai-se iniciar neste momento.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, complementando a informação e o apelo do nobre Deputado José Serra da Liderança do PSDB, comunicamos às nossas bancadas que o PT, o PSDB e o PDT são co-autores de três destaques de votações nominais muito importantes.

As votações se referem à questão do rodízio de 50%, à questão de limitar o número de membros das comissões e à questão do número de emendas. Portanto, esses três partidos são co-autores desses três destaques para votação nominal; o destaque não tem autonomia de um partido, e sim dos três partidos. Em conversação com o PMDB e com os demais partidos, acertamos um procedimento para a votação nominal desses três pontos, que têm nesses partidos a co-autoria, para que haja votação nominal, por considerarmos que são matérias da maior importância, o Plenário tem que se pronunciar soberanamente através do voto individual.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — As comissões devem acatar o Regimento da Casa, suspendendo os seus trabalhos e seus integrantes devem dirigir-se ao plenário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se-à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1990-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, tendo

— PARECER, sob nº 16, de 1991-CN, das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, pela apresentação de substitutivo.

A matéria teve a sua discussão encerrada na sessão conjunta realizada ontem às 19 horas.

A Liderança do PSDB retira os Requerimentos de Destaque nºs 508, 510, 511, 512, 514, 516, 527, 528 e 531, referentes ao substitutivo.

A Liderança do PSDB retira os Requerimentos de Destaque nºs 536, 537, 538, 539, 540, 541, até 567, referentes às emendas apresentadas ao projeto.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental na Câmara, sem prejuízo das partes destacadas.

Os Srs. Deputados que aprovam o substitutivo, ressalvados os destaques, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O substitutivo zai ao Senado Federal.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, antes de começar a votação no Senado, quero registrar que a votação é simbólica. Não vamos criar problemas, vamos votar normalmente, mas queríamos registrar a nossa posição. Apesar do avanço no acordo procedimental, como não houve avanço no acordo de mérito daqueles três pontos que anunciamos no microfone, queremos registrar o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o substitutivo no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, passa-se à votação das partes destacadas.

Serão votadas primeiramente as partes destacadas do substitutivo.

Passa-se à votação do destaque para votação em separado da expressão “referente à mesma unidade orçamentária”, constante do § 4º, do art. 10 do substitutivo, constante do Requerimento nº 509/91-CN.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço uma consulta à Mesa: seria possível uma nova leitura para saber de que destaque se trata? O requerimento está por nós assinado, mas há um conjunto, e não consegui identificar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Nobre Deputado José Serra, a matéria já foi votada. Possa encaminhá-la a V. Exª para que faça a leitura, mas foi encerrada a discussão sobre a matéria. Ela foi rejeitada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado também no Senado.

Encaminhe-se a matéria ao nobre Líder José Serra.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra para um questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é uma questão de ordem sobre a votação. Anunciou V. Exª a rejeição do requerimento pela Câmara dos Deputados. Parece-me que havendo rejeição, não se faz necessário levar-se o requerimento à votação no Senado. Rejeitado na Câmara, não deve ir ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Exª inteira razão.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o destaque, constante do Requerimento nº 513, de 1991-CN, relativo ao parágrafo único do art. 15, do Substitutivo.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA) — Sr. Presidente, há acordo, para votação. É “sim”.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, eu pediria um esclarecimento. Falou-se em relatório. São as emendas constantes do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Dos relatores, nobre Congressista.

— Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o destaque relativo ao parágrafo único do art. 16 do substitutivo, constante do Requerimento nº 515/91-CN.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Sr. Israel Pinheiro — Sr. Presidente, retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência defere a retirada do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à votação do destaque relativo ao § 4º do art. 16 do substitutivo, constante do Requerimento nº 517/91-CN.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faço um alerta no sentido de esclarecer que essa supressão que pretendemos fazer, na verdade refere-se a um dispositivo do substitutivo que é inconstitucional, temos que obedecer a Constituição. Esse dispositivo precisa ser suprimido para que a Constituição seja obedecida. (Muito bem!)

O Sr. Genebaldo Correa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, respeito muito o nobre Deputado José Serra como economista, mas como jurista, não; assim, rejeito esse destaque. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta afirmação ao nobre Líder do PMDB mostra que S. Exª, que também é bom economista, não está bem assessorado na parte jurídica. (Muito bem!)

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sobre o processo de votação, há um problema que é importante esclarecer. Como estamos votando o destaque de votação em separado, quem quiser tirar tem que votar “não”; para não incluir. Quem quiser manter tem que votar “sim”. Isso é importante, porque na votação anterior houve um problema quanto a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Exª tem razão.

Como se manifestam os líderes?

O SR. GENEBALDO CORREA (PMDB — BA) — Sr. Presidente, dentro do entendimento do nobre Congressista José Genoíno, queremos manter o texto.

Para manter o texto, votamos “sim”.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP) — Sr. Presidente, trata-se de um artigo que está sendo aprovado e que é inconstitucional. Não podemos votar algo inconstitucional.

O Sr. José Genoíno (PT — SP) — Votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Peço aos nobres líderes que se entendam. Precisamos concretizar a votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Como vota o Líder do PMDB?

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA) — O PMDB vota “sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o PT?

O SR. ALUÍZIO MERCADANTE (PT — RJ) — O PT vota “não”, para retirar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PDT?

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ) — O PDT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Há divergência entre as lideranças. Só podemos apurar se o voto é “sim” ou “não” com a manifestação dos Srs. Deputados.

Como vota o Líder do Bloco?

O SR. ERALDO TRINDADE (Bloco — AP) — Sr. Presidente, para orientar o Bloco, o voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PDS?

O SR. GERSON PERES (PDS — PA) — O PDS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o destaque na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados.

Rejeitado.

Rejeitado na Câmara dos Deputados, deixa de ir ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o destaque referente a expressão “após a comunicação imediata às duas Casas do Congresso Nacional” contida no art. 17 do substitutivo, constante do Requerimento nº 518/91-CN.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação destaque relativo ao inciso III, do art. 19, do substitutivo, constante do Requerimento nº 519/91-CN.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA) — Sr. Presidente, é preciso que o Sr. 1º Secretário leia o texto do destaque.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito à Mesa que o processo de votação seja mais demorado. Nessa velocidade, não teremos noção do que vai ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Vamos atender V. Exª o Sr. Secretário procederá à leitura.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 519, DE 1991-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Requeiro de V. Exª, nos termos regimentais, destaque para votação em separado do inciso III, do art. 19, do substitutivo do Relator, Deputado Genésio Bernardino, ao Projeto de Resolução nº 8, de 1990-CN.

Nestes termos,

P. e E. Deferimento.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1991. — Deputado **José Carlos Sabóia** — Deputado **Israel Pinheiro**.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há dois destaques, o 519 e o 520; um nós retiramos. Vamos votar somente o que retira a expressão “faltando 3 dias para o encerramento do prazo” São dois destaques no mesmo inciso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Um está retirado. Passa-se, então, à votação do destaque constante do Requerimento nº 520/91-CN, relativo a trecho do inciso III, do art. 19, “faltando três dias para o encerramento do prazo para a apreciação do parecer”.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PRS — MG) — Retirado o Destaque nº 519. Já entendi. Aprova-se um e retira-se o outro

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA) — Sr. Presidente, se V. Exª me permitisse, gostaria de mostrar aos Líderes como ficar o dispositivo, mesmo porque não concorro com o destaque; mas se aprovado esse destaque, assim ficaria o dispositivo: “A critério do Presidente, o projeto e as emendas poderão ser apreciadas na Comissão sem discussão e encaminhamento em qualquer circunstâncias? Não. Portanto tem-se que manter “faltando 3 dias para apresentação de parecer”.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP) — Exatamente, Sr. Presidente. A supressão da expressão “faltando 3 dias” piora o problema que se pretende corrigir; por isso somos contra o destaque.

O SR. GENEALDO CORREIA — (PMDB — BA) — E por isso votamos “sim” para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PDT?

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ) — O PDT vota “sim”, para manter o texto Solicitaria a V. Exª, Sr. Presidente, que dirigisse os trabalhos com mais cautela, para entendermos de que matéria se trata.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Aprovado na Câmara. Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Câmara aprovou o destaque e a Mesa consulta o Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se, agora, à votação do destaque do inciso IV, do art. 19 do Substitutivo, constante do Requerimento nº 521/91-CN.

Como vota o Líder do PMDB?

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA) — “sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do Bloco?

O SR. ERALDO TRINDADE (Bloco — AP) — Sr. Presidente, o Bloco vota “sim”

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PT?

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP) — “Sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PDT?

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ) — O PDT vota “sim”, para manter o texto

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PSDB?

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP) — O PSDB vota “sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaríamos de ter um pouquinho de tempo, porque não estamos conseguindo fazer a manifestação do PMDB no Senado, devido à velocidade dos trabalhos. Nesse destaque, o PMDB deseja se manifestar. O voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O destaque já foi aprovado na Câmara e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o inciso V, do art. 19 do substitutivo, conforme destaque constante do Requerimento nº 522/91-CN.

A Mesa consulta a Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o destaque relativo a expressão “Que poderão também ser apreciados em grupos”, constante do inciso VII, do art. 19 do substitutivo, conforme destaque solicitado através do Requerimento nº 523/91-CN

O Sr. GENEALDO CORRÊA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao Líder do PMDB.

O SR. GENEALDO CORRÊA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, essa matéria é da maior importância. Não concordamos com a supressão do dispositivo no seu todo, até porque contém matéria que já consta do Regimento Comum.

Concordamos com a supressão da parte final e queremos saber se o destaque se refere apenas essa parte final.

O Sr. 1º Secretário (Inocêncio Oliveira) — Só se refere à parte final, à expressão “Que poderão também ser apreciados em grupo”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Então, V. Exª vota “sim”.

Como vota o Líder do PSDB?

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP) — “Não”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PT?

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP) — “Não” para suprimir a parte final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PDT?

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ) — “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do Bloco?

O SR. ERALDO TRINDADE (Bloco — AP) — “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado. Fica prejudicado o destaque constante do Requerimento nº 524/91-CN.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o destaque relativo ao art. 20 do substitutivo, constante do Requerimento nº 525/91-CN.

O Sr. GENEALDO CORREIA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, para decidir esse destaque, o entendimento entre os partidos é de que precisamos ouvir a palavra do relator, porque se trata apenas de uma emenda de redação

O Sr. 1º Secretário (Inocêncio Oliveira) — O art. 25 diz: “A Comissão funcionará em dependências da Câmara dos Deputados”. Isso é importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PMDB?

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA) — “Sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PT?

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP) — “Sim”, para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PSDB?

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — RJ) — “Sim”, para manter o texto, Sr. Presidente.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pela ordem) — Sr. Presidente, esse destaque é de autoria do Senador Ronan Tito, a respeito do art. 20.

Peço a V. Exª, quando o Senado votar, atenção ao nosso voto

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Consulto a Câmara dos Deputados Em votação o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

Aprovado na Câmara, o requerimento vai ao Senado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA) — No Senado, votamos a favor do destaque, pela retirada do texto.

O Sr. Genebaldo Correia — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Genebaldo Correia

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA) — O voto manifestado dos deputados é “sim”, para manter o texto.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA) — O PSDB no Senado vota a favor do destaque, para retirar o texto

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE) — O PMDB no Senado também vota favorável ao destaque, para retirada do texto.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA) — Sr. Presidente, o destaque rejeitado na Câmara não vai ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O destaque foi aprovado na Câmara.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA) — “Não”, Sr. Presidente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA) — Vai ao Senado, porque...

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA) — Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado, Sr. Presidente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA) — Sr. Presidente, eu peço a V. Exª que resolva essa questão de ordem.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o destaque de votação em separado era para tirar o texto. No entanto, o texto foi mantido pela Câmara; assim, ele tem que ir ao Senado. Agora, chamamos a atenção de V. Exª para o seguinte problema, que vou levantar

Veja bem, Sr. Presidente, a Câmara aprova a expressão. Se o Senado não a aprova, o que se está colocando aqui é uma disputa que não tem sentido: se a sede da Comissão de Orçamento vai para a Câmara ou para o Senado. Vai-se criar um vazio na lei que regulamenta a Comissão de Orçamento.

Apelamos para que os Senado e as lideranças dos partidos não provoquem esse impasse. Vamos manter a Comissão de Orçamento na Câmara, senão acontecerá um vazio nesse artigo.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pela ordem Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o PSDB, no Senado Federal, mantém a sua posição, votando a favor do destaque, pela retirada do texto, porque isso não causa nenhuma disputa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O PSDB vota “não”.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “sim” ao destaque, para retirar o texto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, para retirar o texto, devemos votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Para retirar o texto, os Srs. Congressistas devem votar “não”.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O PMDB vota “não”.

Os demais partidos, como se manifestam?

O Sr. Maurício Corrêa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parece-me que esse artigo “a comissão funcionará em dependência da Câmara dos Deputados” é uma questão absurda. Essa comissão mista trabalhará em conjunto. Isso me parece uma discriminação totalmente injusta.

Voto, portanto, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O PDT vota “não” no Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O PTB como vota?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Rejeitado no Senado Federal.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, não existe, então, o art. 20.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Não existe o art. 20. Ficará para entendimento entre os membros da comissão local onde se devem reunir.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como o entendimento se baseia na prática parlamentar e e como a Comissão de Orçamento já funciona na Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Mas esta Casa nunca deixou de funcionar por falta de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o destaque aos §§ 1º e 4º, do art. 22, do substitutivo constante do Requerimento nº 526/91-CN.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esse destaque foi acordado entre as Lideranças do PMDB, do PSDB e de todos os partidos para adequar. Por quê? Porque teremos relator setorial e relator parcial. São dois tipos de relatores, por isso o texto desse destaque resolve essa contradição

O Sr. Alexandre Costa deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Marcio Lacerda

O SR. Pauderney Avelino — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PDC — AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acredito que essa discussão vai ter um fim no instante em que os deputados e senadores que foram eleitos, também com a finalidade de votar e fiscalizar o Orçamento da União, estiverem todos participando dessa comissão; a proposta da Liderança do PDC var ser trazer a Comissão de Orçamento para o plenário do Congresso Nacional onde todos os seus membros são membros natos dessa comissão. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Em votação o destaque na Câmara dos deputados. (Pausa.)

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP Pela ordem.) — Sr. Presidente, nesse caso, o nosso voto é “não” para retirar essas expressões.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP) — O PSDB vota “não”.

O Sr. Carlos Lupi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ) — Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

O Sr. Edison Fidelis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. EDISON FIDELIS (PTB — RO) — Sr. Presidente, o PTB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Mário Lacerda) — Rejeitada na Câmara, Marcio não irá ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Passa-se à votação do destaque relativo a expressão “dos pareceres finais”, constante do art. 23, do substitutivo, solicitado através do Requerimento nº 529/91-CN.

O Sr. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sobre essa matéria precisamos consultar o relator-geral. Se S. Exª concordar com a alteração de redação que se propõe, a unanimidade é no sentido de se retirar o destaque, caso haja a concordância

em se fazer uma pequena alteração de redação, substituindo-se a expressão “demais proposições” por “demais casos”

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Há um equívoco. É o Requerimento nº 529, do art. 23, tirar a expressão “dos pareceres finais”.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, se o problema é redação, proposta pelo Deputado GENEBALDO CORREIA, implicaria o seguinte: na eventualidade dos “demais casos”.

O Sr. Genésio Bernardino — Não é isso. “A apreciação dos pareceres ocorrerá somente três dias úteis, após a sua distribuição nos casos”, aí tira-se a expressão “dos pareceres finais dos projetos de lei do orçamento anual...”

Só tirem isso: “dos pareceres finais” dos projetos de lei do orçamento anual.

O Sr. José Carlos Sabóia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PDS — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como relator desse projeto de resolução, concordo com a proposta que atinge o acordo e quase unanimidade dos partidos desta Casa.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Em função desse acordo, Sr. Presidente, retiramos o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Está retirado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Passa-se, agora, à apreciação do destaque relativo ao art. 24, do substitutivo, constante do Requerimento nº 530/91-CN.

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Pela ordem.) — Quem é o autor desse destaque, Sr. Presidente?

O Sr. Inocêncio Oliverira — Permita-me, Sr. Presidente. Os autores são o Líder José Carlos Sabóia e o Deputado Israel Pinheiro.

O Sr. José Carlos Sabóia — Retiro o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Está retirado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Em votação o destaque relativo à expressão “preferencialmente” constante do art. 27, do substitutivo, conforme solicitado através do Requerimento nº 532, de 1991-CN.

O Sr. José Carlos Sabóia — Quem é o autor do destaque?

O Sr. Inocêncio Oliveira — O autor do destaque é o Deputado José Genoíno.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, manteremos o destaque, que considero importante, porque tirando a expressão “preferencialmente” não existe possibilidade de contratar-se assessor de fora. A Câmara possui assessores e há, inclusive, vários concursados. É só chamá-los.

O Sr. GENEBALDO CORREIA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu pediria a compreensão do Líder José Genoíno, pois não podemos engrossar-nos. A Comissão de Orçamento tem também a função de fiscalizar o Governo. Em determinado momento, ela precisa contratar o serviço de auditoria para fazer uma fiscalização e não pode ficar proibida disso, Sr. Presidente. Não posso concordar.

Faço um apelo ao Deputado José Genoíno para que retire o destaque. Quem vai decidir a conveniência da contratação é a Casa, e naturalmente o fara com a responsabilidade que tem e que deve ter.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, votamos “sim”, ou seja, contra essa supressão, porque ela, a meu ver, limita, sem uma justificativa muito forte, o trabalho da comissão. Realmente, podemos necessitar recorrer a recursos humanos externos.

Renovariamos o apelo ao Deputado José Genoíno.

O Sr. José Genoíno — A votação é simbólica, mas gostaria de registrar a minha posição de votar “não”, porque penso que é muito abrangente assessoria técnica de fora ou permitir-se contratar pessoal de fora, do que discordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Aprovado na Câmara, contra o voto do PT. Passa-se à votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Lacerda) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 577, DE 1991-CN

Nos termos regimentais, art. 44, parágrafo único do Regimento Comum, requeiro votação nominal dos destaques das Emendas nº 7, 46, e do substitutivo do Projeto de Reso-

lução nº 8/90-CN. Assim como as emendas nº 34, 53, ao mesmo substitutivo

Sala das Sessões, 15 de maio de 1991. — Deputado **José Genoíno**, Líder do PT — **José Serra** — **Carlos Lupi**.

O Sr. Mário Lacerda deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Alexandre Costa

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, só para informar que esse requerimento foi um amplo acordo para dar o direito ao requerimento; não significa que há acordo no mérito. Essas emendas e destaques são de co-autoria do PT, PSDB e PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V Ex^a está orientando.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 758, DE 1991-CN

Sr. Presidente:

Nos termos regimentais solicitamos preferência pela votação da Emenda nº 46, referente ao artigo 7º — **José Genoíno** — **Haroldo Lima** — **Vivaldo Barbosa** — **José Serra**.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Os Srs. Líderes podem orientar suas bancadas.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta emenda está entre aquelas que vamos votar nominalmente. O que pedimos é que a Casa aprove em primeiro lugar a votação nominal sobre o rodízio na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à votação da Emenda nº 46.

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. Anualmente serão renovados no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos membros titulares da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos, sendo vedada a permanência de qualquer parlamentar por mais de dois anos consecutivos.

Parágrafo único Os parlamentares somente poderão ser reconduzidos à comissão após interregno equivalente a seu último período de permanência.”

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, essa emenda é assinada também pelo PDT e pelo PSDB. Portanto, a co-autoria é das três lideranças, juntamente com a Liderança do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A votação será realizada pelo processo eletrônico. Os Srs. Líderes podem orientar os seus liderados

Como vota o PMDB?

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, peço a atenção da Casa para a votação desta matéria. Pela sua importância, concordamos com a sua votação pelo processo nominal.

Estes três dispositivos que vamos votar a partir de agora dependem muito da opinião de cada parlamentar. O PMDB tem uma posição favorável ao rodízio, mas apóia percentual previsto no projeto, no substitutivo que foi aprovado, isto é, o rodízio de 1/3 a cada ano. O que propõe o PT, que lidera este destaque, é que o rodízio se faça em 50% a cada ano.

Portanto, oriento a minha bancada no sentido de que vote pela manutenção do texto.

Em se tratando de destaque para votação em separado, compreendo que o voto para garantir a manutenção do texto é o voto “sim”.

O Sr. 1º Secretário (Inocêncio Oliveira) — Não é destaque para votação em separado: é destaque de emenda.

O SR. GENEALDO CORREIA — Se é emenda para manter o texto, o voto é “não”. Portanto, peço à minha bancada que vote “não”.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores entende que o Orçamento é uma peça fundamental e é a forma como o Estado se relaciona com a economia para a estabilidade econômica e para a definição do futuro econômico do País.

Por isso, o princípio da transparência e da participação política dos parlamentares na elaboração do Orçamento tem que dar um grande salto de qualidade nesta Casa. Queremos a renovação da comissão, e, nesse sentido, pelo menos metade dos membros tem que dar lugar para que novos congressistas participem e, a cada dois anos, teremos a renovação integral da comissão. Dessa forma, os partidos passam a controlar a comissão, democratizando-a, e a sociedade poderá acompanhar com transparência e consistência a elaboração do Orçamento nesta Casa

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como se manifesta o PSDB?

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP) — Sr. Presidente, a Liderança do PSDB vota a favor do rodízio de 50%. Acreditamos que essa medida compatibiliza a participação dos parlamentares na Comissão de Orçamento com eficiência, uma vez que ela permite que, durante dois anos, 50% continuem e, ao mesmo tempo, abre a comissão para maior participação. Por isso, recomendamos o voto “sim” a esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o PFL?

O SR. RICARDO MURAD (BLOCO — MA) — Sr. Presidente, o Bloco considera fundamental o rodízio dos congressistas, mas vota pela renovação de 1/3; portanto, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o PDT?

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ) — Sr. Presidente, entendemos que a renovação de 50% é o mínimo aceitável por esta Casa, para que se democratize essa Comissão de Orçamento, para que não fique centralizada nas mãos de alguns contra o mandato de todos os companheiros. O PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o PTB?

O SR. CARLOS CAMURÇA (PTB — RO) — O PTB recomenda à sua Bancada o voto “sim”, para que tenhamos renovação de 50%.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o PC do B?

O SR. HAROLD LIMA (PC do B — BA) — Sr. Presidente, o PC do B é a favor de que o rodízio seja de 50%. Nesse sentido, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o PSB?

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro vota "sim". Em nome de todas as críticas que foram feitas na Comissão e da transparência, queremos o rodízio de 50%.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o PDC?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO) — Sr. Presidente, o PDC é favorável ao rodízio mínimo de 50%. Portanto, vota "sim" à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o PDS?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI) — O PDS entende que o rodízio é uma questão de conveniência dos próprios partidos e que os líderes podem mudar na hora que quiserem. Então, o partido vota pela manutenção do texto: vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o PL?

O SR. JONES SANTOS NEVES (PL — ES) — Sr. Presidente, o PL orienta sua Bancada no sentido de que vote "sim".

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Os postos eletrônicos foram criados para os retardatários, não para os presentes. Portanto, vamos tomar assento, Srs. Congressistas.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação e selecionar os seus votos, acionando, simultaneamente, o botão preto do painel e a chave sob a bancada, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM OS SRS DEPUTADOS.

Roraima

João Fagundes — Sim;
Júlio Cabral — Sim;
Teresa Jucá — Não

Amapá

Aroldo Góes — Abstenção;
Eraldo Trindade — Não;
Lourival Freitas — Sim;
Murilo Pinheiro — Não;
Sérgio Barcellos — Não.

Pará

Alacid Nunes — Não;
Eliel Rodrigues — Não;
Gerson Peres — Não;
Giovanni Queiroz — Sim;
Hermínio Calvino — Não;
Hilário Coimbra — Sim;
Mário Chermont — Não;
Mario Martins — Sim;
Nicias Ribeiro — Sim;
Osvaldo Melo — Sim;
Paulo Rocha — Sim;
Paulo Titan — Sim;
Socorro Gomes — Sim.

Amazonas

Beth Azize — Sim;
José Dutra — Não.

Rondônia

Carlos Camurça — Sim;
Edison Fidelis — Sim;
Maurício Calixto — Sim;
Pascoal Novaes — Sim;
Reditário Cassol — Sim.

Acre

Célia Mendes — Não;
Francisco Diógenes — Não;
João Tota — Não;
Mauro Sérgio — Sim.

Tocantins

Derval de Paiva — Não;
Eduardo Siqueira Campos — Sim;
Hagahus Araujo — Não;
Leomar Quintanilha — Sim.

Maranhão

Cid Carvalho — Não;
Francisco Coelho — Sim;
Haroldo Sabóia — Sim;
João Rodolfo — Sim;
José Burnett — Sim;
José Carlos Sabóia — Sim;
José Reinaldo — Sim;
Paulo Marinho — Sim;
Pedro Novais — Não;
Ricardo Murad — Não;
Roseana Sarney — Sim.

Ceará

Ariosto Holanda — Sim;
Carlos Benevides — Não;
Carlos Virgílio — Não;
Edson Silva — Sim;
Gonzaga Mota — Sim;
Luiz Girão — Sim;
Maria Luiza Fontenele — Sim;
Moroni Torgan — Sim;
Sérgio Machado — Sim;
Ubiratan Aguiar — Não;
Vicente Fialho — Sim.

Piauí

B Sá — Sim;
Felipe Mendes — Não;
Jesus Tajra — Sim;
João Henrique — Não;
José Luiz Maia — Não;
Paulo Silva — Sim.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — Sim;
Henrique Eduardo Alves — Não.

Paraíba

Edivaldo Motta — Sim;
José Luiz Clerot — Não;
José Maranhão — Não;
Vital do Rego — Sim.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — Sim;
Fernando Bezerra Coelho — Não;
Gustavo Krause — Sim;
Inocêncio Oliveira — Sim;
José Carlos Vasconcelos — Sim;
José Múcio Monteiro — Não;
Luiz Piauhyllino — Sim;
Miguel Arraes — Sim;
Nilson Gibson — Não;
Osvaldo Coelho — Não;
Renildo Calheiros — Sim;
Roberto Franca — Sim;
Sérgio Guerra — Sim;
Wilson Campos — Sim.

Alagoas

José Thomaz Nonó — Sim;
Olavo Calheiros — Sim.

Bahia

Alcides Modesto — Sim;
Beraldo Boaventura — Sim;
Clóvis Assis — Sim;
Genebaldo Correia — Não;
Haroldo Lima — Sim;
Jabes Ribeiro — Sim;
Jaques Wagner — Sim;
João Almeida — Não;
João Alves — Não;
Luiz Viana Neto — Não;
Pedro Irujo — Não;
Prisco Viana — Sim;
Sérgio Brito — Não;
Sérgio Gaudenzi — Sim;
Waldir Pires — Sim.

Minas Gerais

Aloisio Vasconcelos — Sim;
Annibal Teixeira — Não;
Aracely de Paula — Sim;
Armando Costa — Sim;
Célio de Castro — Não;
Christóvam Chiaradia — Sim;
Edmar Moreira — Sim;
Elias Murad — Sim;
Felipe Neri — Sim;
Fernando Dmiz — Não;
Genésio Bernardino — Não;
Getúlio Neiva — Sim;
Humberto Souto — Não;
Ibrahim Abi-Ackel — Sim;
Israel Pineiro — Sim;
João Paulo — Sim;
João Rosa — Sim;
José Belato — Sim;
José Geraldo — Não;
José Ulisses de Oliveira — Sim;
Luiz Tadeu Leite — Sim;
Marcos Lima — Não;
Maurício Campos — Não;
Neif Jabur — Não;
Nilmário Miranda — Sim;
Odelmo Leão — Sim;
Osmânio Pereira — Não;
Paulino Cícero de Vasconcelos —

Sim;

Paulo Heslander — Sim;
Pedro Tassis — Sim;

Ronaldo Perim — Sim;
Samir Tannús — Sim;
Sandra Starling — Sim;
Saulo Coelho — Sim;
Sérgio Naya — Não;
Tilden Santiago — Sim;
Vittorio Mediolí — Sim;
Zaire Rezende — Sim.

Espírito Santo

Aloizio Santos — Sim;
Etevalda Grassi de Menezes — Não;
João Baptista Motta — Sim;
Jones Santos Neves — Sim;
Paulo Hartung — Sim;
Rita Camata — Sim;
Roberto Valadão — Sim.

Rio de Janeiro

Arolde de Oliveira — Sim;
Benedita da Silva — Sim;
Carlos Lupi — Sim;
Carlos Santana — Sim;
Cidinha Campos — Sim;
Edésio Frias — Sim;
Eduardo Mascarenhas — Sim;
Jair Bolsonaro — Sim;
Jamil Haddad — Sim;
Jandira Feghali — Abstenção;
João Mendes — Sim;
Junot Abi-Ramia — Sim;
Laerte Bastos — Sim;
Laprovita Vieira — Sim;
Márcia Cibilis Viana — Sim;
Marino Clinger — Sim;
Nelson Bornier — Sim;
Paulo Portugal — Sim;
Paulo Ramos — Sim;
Roberto Jefferson — Sim;
Sandra Cavalcanti — Sim;
Sérgio Arouca — Sim;
Sérgio Cury — Sim;
Sidney de Miguel — Sim;
Vivaldo Barbosa — Sim;
Vladimir Palmeir. — Sim;
Wanda Reis — Sim

São Paulo

Aldo Rebelo — Sim;
Aloizio Mercadante — Sim;
André Benassi — Sim;
Antônio Carlos Mendes Thame —

Sim;

Arnaldo Faria de Sá — Sim;
Ary Kara — Não;
Beto Mansur — Sim;
Cardoso Alves — Sim;
Edevaldo Alves da Silva — Não;
Eduardo Jorge — Sim;
Ernesto Gradella — Sim;
Fábio Feldmann — Sim;
Fabio Merelles — Sim;
Florestan Fernandes — Sim;
Geraldo Alckmin Filho — Sim;
Heitor Franco — Sim;
Hélio Bicudo — Sim;
Irma Passoni — Sim;
José Cicote — Sim;
José Dirceu — Sim;

José Genoíno — Sim;
José Serra — Sim;
Koyu Iha — Sim;
Liberato Caboclo — Sim;
Luiz Carlos Santos — Sim;
Manoel Moreira — Não;
Marcelo Barbieri — Não;
Maurici Mariano — Sim;
Osvaldo Stecca — Sim;
Roberto Rollemberg — Sim;
Robson Tuma — Não;
Sólon Borges dos Reis — Sim;
Tidei de Lima — Sim;
Tuga Angerami — Sim;
Walter Nory — Sim.

Mato Grosso

José Augusto Curvo — Sim;
Wellington Fagundes — Sim

Distrito Federal

Augusto Carvalho — Sim;
Benedito Domingos — Sim;
Eurides Brito — Sim;
Osório Adriano — Não;
Sigmaringa Seixas — Sim.

Goiás

Antonio de Jesus — Sim;
Antonio Faleiros — Sim;
João Natal — Não;
Lazaro Barbosa — Sim;
Luís Soyer — Sim;
Mauro Miranda — Sim;
Osório Santa Cruz — Sim;
Roberto Balestra — Não.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Sim;
José Elias — Sim;
Nelson Trad — Não;
Valter Pereira — Sim;
Waldir Guerra — Sim.

Paraná

Antônio Barbara — Não;
Basilio Villani — Não;
Carlos Scarpelini — Sim;
Delcino Tavares — Sim;
Edesio Passos — Sim;
Élio Dalla-Vecchia — Sim;
Flávio Arns — Sim;
Joni Varisco — Sim;
Luiz Carlos Hauly — Sim;
Matheus Iensen — Não;
Max Rosenmann — Sim;
Munhoz da Rocha — Sim;
Onaíres Moura — Sim;
Pedro Tonelli — Sim;
Reinhold Stephanes — Não;
Romero Filho — Sim;
Rubens Bueno — Sim;
Said Ferreira — Sim;
Wilson Moreira — Sim.

Santa Catarina

Ângela Amin — Sim;
César Souza — Sim;
Dércio Knop — Sim;

Eduardo Moreira — Sim;
Neuto de Conto — Não;
Orlando Pacheco — Não;
Renato Vianna — Sim.

Rio Grande do Sul

Adylson Motta — Sim;
Arno Magarinos — Sim;
Carrion Júnior — Sim;
Eden Pedroso — Sim;
Fernando Carrion — Sim;
Fetter Júnior — Não;
Ibsen Pinheiro — Não;
Ivo Mainardi — Não;
Odacir Kleim — Sim;
Osvaldo Bender — Sim;
Paulo Paim — Sim;
Raul Pont — Sim;
Telmo Kirst — Sim;
Victor Faccioni — Abstenção

O Sr. Genebaldo Correia — Sr Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA) — Sr Presidente, mais uma vez quero chamar a atenção para o que falei no início. Esta é uma questão que diz respeito a cada um dos Srs. Parlamentares.

Temos, por exemplo, a questão — e outras virão a seguir — que estabelece o número de emendas. De maneira que cada deputado da minha bancada vai votar como achar que deve.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Registrada a orientação de V. Ex.^a Os Srs. Deputados que se encontram nas comissões, que se encontram nos seus gabinetes ou demais dependências da Casa venham atender à votação nos postos avulsos. Queiram comparecer: a votação é de mais alta importância para o Congresso Nacional.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sugiro a V. Ex.^a faça um chamado aos Srs. Parlamentares que se encontram nos seus gabinetes para que venham votar (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Ex.^a tem razão. Os Srs. Deputados devem vir ao plenário para cumprirem o dever de votar.

Srs. Parlamentares, venham votar. É necessário que esta votação não seja adiada.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador)

— Sr. Presidente, enquanto os Srs. Deputados estão votando nos postos avulsos, eu faria um apelo aos Srs. Senadores para que acorram ao plenário, porque talvez tenhamos que votar logo em seguida. É preciso que todos estejamos aqui para dar número a esta votação que é da maior importância. Peço, então, aos Srs. Senadores que se encontram nos seus gabinetes que venham ao plenário. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Ex.^a será atendido, Sr. Senador.

Apelo aos Srs. Senadores que se encontram nos seus gabinetes ou nas comissões, que acorram ao plenário do Congresso Nacional. Precisamos votar. A Mesa está aguardando os Srs. Deputados que não se encontram no plenário, pois é imperiosa a votação na manhã de hoje.

A Mesa reitera seu pedido e vai ter a tolerância de aguardar que todos os Srs. Deputados que se encontrem na Casa venham ao plenário cumprir a obrigação de votar.

Srs. Deputados, acorram ao plenário do Congresso Nacional com urgência. Precisamos de número para a votação da matéria que é da maior importância para o Congresso Nacional! As comissões devem suspender seus trabalhos. O Congresso Nacional precisa de número para concretizar a votação, que é de importância para todos os Srs. Senadores e Deputados.

(Prossegue a votação.)

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a que faça um apelo aos parlamentares que estão em seus gabinetes assim como aqueles que se encontram na Comissão de Educação, que parece estar reunida, para que venham votar. É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Ex.^a está certo.

A Mesa vai ter a tolerância de aguardar.

Estão presentes na Casa 423 Srs. Deputados.

A Mesa aguardará com tolerância que todos cheguem para cumprir a sua obrigação de votar, mesmo aqueles que, não cumprindo o regimento, mantiveram as comissões em reunião.

Vamos votar Srs. Congressistas!

Vamos votar e aguardar em plenário, pois ainda temos três votações nominais na presente sessão. Vamos votar, Srs. Deputados!

A Mesa abusa da tolerância para alcançar o objetivo maior, que é a votação

Compareçam, Srs. Deputados!

Nobre Deputado Cardoso Alves V. Ex.^a está prorrogando a votação, porque ainda não votou.

Já alcançamos o número regimental necessário, mas aguardamos que todos os deputa-

dos presentes na Casa ofereçam seu voto e cumpram sua obrigação.

Teremos mais três votações nominais.

O Sr. Carlos Lupi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, quantas votações?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — São três votações nominais, nobre deputado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Alguém deputado ainda deseja votar? (Pausa.)

A Mesa vai encerrar a votação

A Sr.^a Jandira Feghali — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra a nobre congressista.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PC do B — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, na hora de votar houve um problema: registrou-se abstenção, mas o meu voto é “sim”.

Gostaria que fosse feita a retificação pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Ex.^a será atendida.

O Sr. Daniel Silva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. DANIEL SILVA (Bloco — MA. Pela ordem.) — Solicito a V. Ex.^a que encerre o processo de votação, porque ainda temos mais três votações nominais. V. Ex.^a foi tolerante demais

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Ex.^a tem razão, mas a Mesa ofereceu tolerância, objetivando manter o número regimental para votação, e irá até o fim.

Vai-se encerrar a votação

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Votaram SIM, 199 Srs. Deputados, e NÃO, 67.

Houve três abstenções

Total: 269 votos.

Foi aprovado o destaque

Em votação no Senado da República.

O Sr. Robson Tuma — Peço a palavra para retificação de voto, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista.

O SR. ROBSON TUMA (PL — SP) — Meu voto consta “não”, mas é “sim”.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, agora estamos satisfeitos, porque a Comissão de Orçamento vai ficar na mão dos grandes partidos. Os pequenos que levem ao diabo. Parabenizo os democratas desta Casa que, permitindo o rodízio de 50%, entregaram a Comissão de Orçamento aos grandes partidos e os pequenos partidos ficaram prejudicados. Esta é a democracia dos Sr. José Genoíno nesta Casa

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Vamos proceder à votação no Senado. Como vota o Líder do PSDB?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA.) — Sr. Presidente, a Liderança do PSDB recomenda o voto “sim”. Agora, solicito a presença de todos os Srs. Senadores no plenário para que possamos votar imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Como vota o Líder do PMDB no Senado?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, inicialmente quero convocar todos os membros da bancada do PMDB para que se dirijam imediatamente ao plenário. O PMDB votará “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O PMDB votará “sim” no Senado. Como votam os demais partidos?

O Sr. Nan Souza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista.

O SR. NAN SOUSA (Bloco — MA. Pela ordem.) — Desejo registrar o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Ex.^a será atendido

Como votam os demais líderes no Senado da República?

Vamos proceder à votação.

O Sr. Osmário Pereira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre congressista

O SR. OSMÁRIO PEREIRA (PSDB — MG. Pela ordem.) — Gostaria de registrar o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A Presidência solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares para que possamos dar início à votação pelo sistema eletrônico

Se algum líder quiser esclarecer o voto aos seus liderados, poderá fazê-lo

Como vota o PT?

O SR. EDUARDO SUPLICY — O PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Vai ter início a votação pelo sistema eletrônico.

A Mesa pede aos Srs. Congressistas que se encontram no corredor que temos os seus lugares.

Os Srs. Congressistas que se encontram nas bancadas queiram acionar, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

Os Srs. Congressistas que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos, afastando-se após o registro.

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Roraima

César Dias — Sim

Amapá

Jonas Pinheiro — Sim.

Pará

Almir Gabriel — Sim;
Coutinho Jorge — Sim.

Rondônia

Ronaldo Aragão — Sim

Acre

Nabor Júnior — Sim.

Tocantins

Carlos Patrocínio — Sim.

Maranhão

Alexandre Costa — Abstenção;
Magno Bacelar — Sim.

Ceará

Beni Veras — Sim;
Cid Sabóia de Carvalho — Sim;
Mauro Benevides — Sim.

Piauí

Chagas Rodrigues — Sim;
Lucídio Portella — Sim.

Rio Grande do Norte

Garibaldi Alves — Sim;
Lavoisier Maia — Sim.

Pernambuco

Marco Maciel — Sim;
Mansueto de Lavor — Sim.

Alagoas

Divaldo Suruagy — Sim;
Guilherme Palmeira — Sim;
Teotônio Vilela Filho — Sim.

Sergipe

Francisco Rollemberg — Sim.

Bahia

Josaphat Marinho — Sim;
Jutahy Magalhães — Sim.

Minas Gerais

Alfredo Campos — Sim;
Ronan Tito — Sim.

Espírito Santo

Elcio Álvares — Sim.

São Paulo

Eduardo Suplicy — Sim;
Mário Covas — Sim.

Mato Grosso

Júlio Campos — Sim;
Lourenberg Nunes Rocha — Sim;
Márcio Lacerda — Sim.

Distrito Federal

Maurício Corrêa — Sim

Goiás

Irapuan Costa Júnior — Sim.

Mato Grosso do Sul

Rachid Saldanha Derzi — Sim;
Wilson Martins — Sim.

Paraná

José Eduardo — Sim;
José Richa — Sim.

Santa Catarina

Espiridião Amin — Sim;
Nelson Wedekin — Sim.

Rio Grande do Sul

José Fogaça — Sim;
Pedro Simon — Sim.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, permito-me fazer um novo apelo aos Srs. Senadores que se encontram nos gabinetes, nos corredores, nas comissões. Há 52 senadores presentes na Casa, e até o momento, somente 21 compareceram para votar.

Apelo novamente aos Srs. Senadores no sentido de que acorram urgentemente ao plenário, para que possam votar. Quanto aos senadores que estão chegando agora, o PSDB orientou o voto "sim".

O Sr. Alexandre Costa deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Senador Jutahy Magalhães, V. Exª tem razão. Convocamos todos os senadores que se encontram em seus gabinetes para virem exercer o direito de voto. Estamos aguardando a presença de todos os senadores em plenário, para completar o **quorum** necessário para procedermos à votação.

O Sr. Maurício Corrêa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Pela ordem.) — Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para convocar o Senador do PDT, que se encontra em seu gabinete, para que compareça ao plenário do Congresso, a fim de que possamos, neste instante, votar pelo "sim", que é o nosso voto

A Srª Maria Valadão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

A SRA. MARIA VALADÃO (PDS — GO. Pela ordem.) — Sr. Presidente, eu gostaria de registrar meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. Exª será atendida.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra V. Exª

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção da Mesa — e peço a atenção do Deputado José Genoíno e do Deputado Humberto Souto. Votamos o primeiro DVS. O entendimento das lideranças, aqui, é de que o procedimento seria igual ao adotado na Câmara, isto é, primeiro votaríamos o requerimento, para depois votar a matéria. Como na realidade isso não ocorreu, o Deputado José Genoíno chamou a atenção da Mesa no momento seguinte, porque, no primeiro momento, as lideranças votaram de forma invertida em relação à votação que se seguiu. Desse modo, quando votamos o primeiro DVS, que foi justamente o § 4º do art. 10, a intenção do voto das lideranças foi no sentido de manter o texto. Se forem pedidas as notas taquigráficas, verificar-se-á que a nossa intenção era manter o texto.

Este o esclarecimento que eu desejava fazer, Sr. Presidente.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esse é o nosso entendimento, e foi com base nessa questão que formulamos, em seguida, a questão de ordem no sentido de que, para manter o texto, o voto tinha que ser "sim"; portanto entendemos que essa questão pode ser plenamente resolvida pela Mesa, porque foi essa a intenção não só do destaque, como da votação realizada pelas lideranças e pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa tem adotado a prática de aguardar o pronunciamento de todas as lideranças.

Como vota o PDC?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO) — Sr. Presidente, pela Liderança do PDC, quero aqui corroborar as palavras do Líder José Genoíno e do Líder Genebaldo Correia. Era essa a nossa intenção ao votarmos aquele parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Bloco?

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco — MG) — Sr. Presidente, a Liderança do Governo vem em socorro à opinião do Deputado Genebaldo Correia, porque realmente houve um equívoco quanto a forma que ficou a votação. Todos votamos com base na explanação do Deputado Genebaldo Correia.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o PTB?

O SR. EDISON FIDELIS (PTB — RO) — Sr. Presidente, o PTB acompanha a manifestação dos Srs. Líderes, expostas até agora.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o PSDB?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA) — Sr. Presidente, permita-me fazer um novo apelo. Estamos dependendo apenas de um voto no Senado.

Peço a V. Exª que me permita fazer um novo apelo aos Líderes Marco Maciel e Humberto Lucena, que devem estar reunidos, para que compareçam ao plenário, e, assim, alcancemos o número necessário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Reiteramos a convocação de todos os Srs. Senadores para virem ao plenário votar, de modo especial as lideranças, Senador Marco Maciel e Senador Humberto Lucena, para virem exercer o voto.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o PL?

O SR. JOSÉ GERALDO (PL — MG) — Quero lembrar, Sr. Presidente, ainda sobre a matéria que estava em discussão, que a própria Mesa entendeu que deveria manter o texto, ao colocar a matéria em votação no Senado. Se estivesse prejudicada, a matéria não iria à votação no Senado.

Era este o esclarecimento que eu queria fazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permita-me, Sr. Presidente. O Sr. Líder do PTB, Senador Affonso Camargo, também deve estar na reunião de líderes.

O Sr. Orlando Pacheco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ORLANDO PACHECO (Bloco — SC) — Sr. Presidente, sugiro a V. Exª que vote, como nobre parlamentar catarinense;

temos aí o exemplo de todos os catarinenses que são assíduos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa esclarece ao Plenário que o voto da Presidência é contado para **quorum**, de modo que não procede a preocupação levantada pelo nobre Deputado.

A Presidência reitera a convocação a todos os Srs. Senadores para virem exercer o voto em Plenário (Pausa.)

Senador Marco Maciel, sua chegada está sendo muito festejada pelo plenário.

Vai-se encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Votaram "sim," 41 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

Total: 42 votos.

A matéria está definitivamente aprovada, pois foi aprovada no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O destaque constante do Requerimento nº 509, que foi votado pelas lideranças de modo impróprio e considerado rejeitado, deverá ser submetido novamente à votação, em respeito ao pedido do nobre Líder Genebaldo Correia e demais líderes.

O destaque refere-se à expressão "referente a mesma unidade orçamentária", constante do § 4º, art. 10, do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PMDB?

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA) — Sr. Presidente, o nosso voto é "sim", para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do Bloco?

O SR. RICARDO MURAD (Bloco — MA) — Sr. Presidente, o Bloco vota "sim", para manter o texto.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PDT?

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ) — O PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PDS?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI) — O PDS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a matéria na Câmara dos Deputados, passa-se a votação no Senado.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Mantém-se o texto e fica nula a votação anteriormente feita.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Consultamos as lideranças se desejam manter as votações nominais (Pausa.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP) — Permita-me, Sr. Presidente. Na primeira votação nominal que realizamos, foi votado um requerimento sobre a Emenda nº 46, que aprovamos. Falta votar o número de membros da comissão e o limite do número de emendas. São essas duas votações.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência apenas consulta se não poderemos exercer simbolicamente essa votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP) — A votação é nominal, Sr. Presidente, porque há divergência sobre o número de membros da comissão e sobre o número de emendas. Portanto, deve haver votação nominal sobre essas duas emendas. Foi um acordo de procedimento.

O Sr. Israel Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PRS — MG). Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para manter os 84 atuais membros da comissão, há os Destaques nºs 534 e 535, que são idênticos, e não permitirão que se aumente a composição da comissão para 120.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — De acordo, nobre Deputado.

Passa-se à votação da Emenda nº 7:

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"A comissão compõe-se de 84 membros titulares, sendo 63 deputados e 21 senadores.

Parágrafo único. Cada partido ou bloco parlamentar terá na comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos."

A Presidência solicita aos Srs. deputados que ocupem os seus lugares para a votação nominal.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para orientar a nossa bancada, entendemos que devemos manter o texto. O texto propõe noventa deputados e trinta senadores. Uma das grandes reclamações que se faz contra a comissão é que ela não permite uma maior participação do Congresso. Já existem Comissões nesta Casa, funcionando com sessenta deputados, como é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por que a comissão de Orçamento, que é muito mais importante e abrangente, não pode ter 90 membros? Entretanto, como da vez anterior, esta é uma questão aberta no meu partido.

Cada companheiro vai votar conforme o seu entendimento pessoal. Esta não é uma questão partidária. Pessoalmente, votarei "não" à emenda. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Ouvidas as ponderações da liderança, solicitamos a todos os Srs. deputados que ocupem os seus lugares para a votação nominal.

O Sr. Ricardo Murad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. RICARDO MURAD (Bloco — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para orientar os deputados que compõem o Bloco Parlamentar, defendemos, intransigentemente, o aumento do número da composição da comissão para noventa deputados e trinta senadores; isso permitirá que mais Srs. deputados participem da comissão. Portanto, orientamos nossa bancada para votar "não". (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O Bloco vota "não".

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PSDB encaminha o voto "sim" a esta emenda. A comissão de Orçamento já tem 84 membros, e há dificuldade para a comissão funcionar bem como esse número. Elevar o número de membros da comissão para 120 significa torná-la praticamente inoperante. Com o rodízio de 50% dos membros e com a possibilidade de qualquer parlamentar, membro ou não, fazer emendas dentro da comissão, o problema da participação fica realmente resolvido.

Não podemos permitir uma comissão com 120 membros pois não caberia sequer no plenário do Senado. Teria de se reunir no plenário da Câmara dos deputados. É um absurdo elevar o número a uma proporção tão alta. É impraticável, inclusive do ponto de vista daquilo que a Constituição prescreve para essa comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Solicitamos a brevidade dos encaminhamentos.

Como vota o Líder do PTR?

O SR. BENEDITO DOMINGOS (PTR — DF.) — Sr. Presidente, a minoria, os pequenos partidos têm sido prejudicados com o atual quadro de 63 deputados e 21 senadores; portanto, o PTR votará "não".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PT?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (PT — SP.) — Sr. Presidente, o PT entende que o mecanismo básico de democratização, de transparência e de participação é o rodízio

de metade dos membros e que a cada dois anos ninguém permaneça nesta comissão.

Portanto, os parlamentares, através dos seus partidos, terão possibilidade de encaminhar qualquer emenda. Não há necessidade de ampliação do número de membros, dado que metade será renovada a cada ano. É "sim" a posição do PT nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PL?

O SR. JONES SANTOS NEVES (PL — ES) — O PL orienta sua bancada para que vote "não".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PDC?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO) — Sr. Presidente, existem países onde o Congresso como um todo analisa, fiscaliza e elabora o orçamento da União. Portanto, quanto mais, melhor, mais transparente. O PDC vota "não" para dar uma maior participação e acabar com a discriminação de parlamentares membros ou não.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PDS?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Essa é uma questão aberta. Deixamos a critério da nossa bancada a decisão de aumentar ou não o número de participantes.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PC do B?

O SR. HAROLD LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — O PC do B entende que a democratização da comissão está relacionada não só ao rodízio, mas também à ampliação do número de seus participantes. Consideramos que isso proporcionará mais transparência, porque, na verdade, quando existe uma certa instituição, já muito enquistada, é necessário sangue novo para poder democratizá-la efetivamente. Nesse sentido, não entendemos que o número esteja excessivo. Essa comissão funciona com subcomissões também. Por isso, o PC do B votará "não", voto favorável à ampliação do número.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PTB?

O SR. EDISON FIDELIS (PTB — RO. Sem revisão do orador.) — O PTB não poderia ser contrário à democratização da comissão. Votaremos "não", para ampliar o número e dar oportunidade a inúmeros deputados que vieram com a renovação do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PDT?

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Para o PDT a questão é aberta, porque alguns companheiros querem que haja aumento do número. A bancada está livre para votar conforme a consciência de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PRS?

O SR. ISRAEL PINHEIRO (PRS — MG. Sem revisão do orador.) — É preciso que os Srs. deputados prestem atenção: quanto maior o número de deputados na comissão, mais fácil é uma minoria tomar conta; quanto menos, mais difícil. Essa é a lógica e o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PSB?

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Sem revisão do orador.) — O Partido Socialista Brasileiro está estranhando todas as lógicas de participação democrática sobre direitos de minoria, que foram feitas aqui, agora. Somos a favor do texto. Votaremos contra a emenda. À medida que ampliarmos o quorum desta comissão, teremos mais deputados em condições de participar melhor na elaboração do Orçamento, acabando com o privilégio de um pequeno grupo. Votaremos "não", solicitando a todos os setores para votarem "não" a essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PCB?

O SR. SÉRGIO AROUCA (PCB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB também votará "não", porque entende que isso não é uma questão técnica, isso é uma questão política que leva à democratização desta Casa.

A Sr^a Beth Azize — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra a nobre Congressista.

A SRA. BETH AZIZE (PDT — AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, apenas gostaria de fazer uma indagação à Mesa, para colaborar no bom êxito da votação desta emenda. É que se instalou uma confusão generalizada neste plenário, em razão da precariedade do seu serviço de som. Ninguém entende coisa nenhuma. Aqui se está votando através de mímica, Sr. Presidente; ninguém ouve nada.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esta votação é para definir o número de membros da comissão.

A Sr^a Beth Azize — Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, no sentido de colaborar com a votação dessas emendas, que são da maior importância para esta Casa, para o Congresso Nacional, eu gostaria que V. Ex^a esclarecesse ao Plenário, porque muita gente ainda não entendeu, que esta emenda tem o objetivo de diminuir o número da composição de membros da comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. No texto, este número é maior e esta emenda é para diminuir o número. Veja V. Ex^a a confusão que está instalada no plenário. A emenda visa

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A emenda que está sendo submetida à votação trata-se de uma proposição para que a

comissão tenha 63 deputados e 21 senadores. É esta a matéria que está em votação.

A Sr. Beth Azize — Mas o texto do projeto, que foi aprovado, aumentava para 90 deputados federais e 30 senadores.

Sr. Presidente, esta é a oportunidade de se acabar com as bandalheiras que se fazem na comissão de Orçamento do Congresso Nacional. (Muito bem! Palmas.)

Queremos transparência na comissão de Orçamento, para que deixe de ser gabinete das empreiteiras deste País. Queremos a democratização da comissão de Orçamento. E o Plenário vai ter oportunidade agora de resgatar a dignidade desta Casa, votando "não" a essa emenda. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação a matéria.

A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O Sr. Ricardo Murad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RICARDO MURAD (Bloco — MA) — Pela ordem. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, como estão chegando muitos deputados do Bloco agora, quero apenas lembrar a S. Ex.ª que o voto é "não". Vamos votar para aumentar o número de deputados na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP) — Pela ordem. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, a Liderança do PTB lembra a sua bancada que o voto "não" recusa a diminuição do número e o voto "sim" aumenta o número de deputados (Manifestação do Plenário). Perdão, trata-se de emenda, pensei que fosse destaque. Está trocado.

Retificando: o voto "não" aumenta o número de deputados e de senadores; o voto "sim" faz reduzir o número de deputados e de senadores. Portanto, votaremos "não", para que o número seja aumentado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Srs. Deputados, queiram selecionar os seus votos.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP) — Pela ordem. Sem revisão do orador. — O voto "sim" não diminui o número de membros, mantém o número atual. O voto "não" é que aumenta a comissão para 120, criando uma hipertrofia. Por isso, vamos votar "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PDC?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO) — Sr. Presidente, o PDC vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quem votar "sim" define, 63 deputados e 21 senadores.

Como vota o Líder do PT?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PC do B?

O SR. HAROLDOLIMA (PC do B — BA) — Sr. Presidente, o PC do B vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PTB?

O SR. ROBERTO CARDOSO ALVES (PTB — SP) — Sr. Presidente, o PTB vai votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas, queiram acionar simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, só para lembrar minha bancada, pessoalmente, voto "não". A bancada tem livre opção de voto.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Solicitamos a todos os Srs. Deputados, que não votaram, que exerçam o voto nos postos avulsos.

(Procede-se a votação.)

Votam os Srs. Deputados:

Roraima

Alceste Almeida — Sim;
João Fagundes — Não;
Júlio Cabral — Não;
Teresa Jucá — Não.

Amapá

Aroldo Góes — Não;
Eraldo Trindade — Não;
Lourival Freitas — Sim;
Valdenor Guedes — Não.

Pará

Alacid Nunes — Não;
Eliel Rodrigues — Sim;
Gerson Peres — Sim;
Hilário Coimbra — Não;
Mário Chermont — Não;
Nicias Ribeiro — Não;

Paulo Rocha — Sim;
Paulo Titan — Não;
Socorro Gomes — Não.

Amazonas

Beth Azize — Não;
José Dutra — Não.

Rondônia

Carlos Camurça — Não;
Edison Fideis — Não;
Jabes Rabelo — Não;
Maurício Calixto — Sim;
Pascoal Novaes — Não;
Reditário Cassol — Sim.

Acre

Célia Mendes — Não;
João Tota — Não;
Mauro Sérgio — Não;
Zila Bezerra — Não.

Tocantins

Derval de Paiva — Não;
Eduardo Siqueira Campos — Não;
Freire Júnior — Não;
Hagahus Araújo — Não;
Leomar Qumtaniha — Não;
Osvaldo Reis — Não;
Paulo Mourão — Não.

Maranhão

Cid Carvalho — Não;
Francisco Coelho — Não;
Haroldo Sabóia — Não;
João Rodolfo — Não;
José Burnett — Não;
José Carlos Sabóia — Não;
José Reinaldo — Não;
Nan Souza — Não;
Paulo Marinho — Não;
Pedro Novais — Não;
Ricardo Murad — Não;
Roseana Sarney — Não.

Ceará

Ariosto Holanda — Não;
Edson Silva — Não;
Gonzaga Mota — Não;
Jackson Pereira — Sim;
Luiz Girão — Não;
Luiz Pontes — Não;
Maria Luíza Fontenele — Sim;
Moroni Torgan — Sim;
Sérgio Machado — Sim;
Ubiratan Aguiar — Não.

Piauí

B. Sa — Não;
Felipe Mendes — Não;
João Henrique — Não;
José Luiz Maia — Não;
Paulo Silva — Não.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — Não;
Henrique Eduardo Alves — Não.

Paraíba

Edivaldo Motta — Não;
José Luiz Clerot — Não;
José Maranhão — Sim;
Vital do Rego — Não.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — Não;
Gustavo Krause — Não;
Inocêncio Oliveira — Não;
Luiz Piauhylo — Não;
Miguel Arraes — Não;
Nilson Gibson — Não;
Renildo Calheiros — Não;
Roberto Franca — Não;
Roberto Magalhães — Sim;
Wilson Campos — Não.

Alagoas

José Thomaz Nono — Não;
Olavo Calheiros — Não;
Roberto Torres — Não.

Sergipe

Benedito de Figueiredo — Não.

Bahia

Alcides Modesto — Sim;
Ângelo Magalhães — Não;
Beraldo Boaventura — Não;
Clóvis Assis — Não;
Haroldo Lima — Não;
Jabes Ribeiro — Não;
Jaques Wagner — Sim;
João Almeida — Não;
João Carlos Bacelar — Não;
José Carlos Aleluia — Não;
Luiz Viana Neto — Não;
Pedro Irujo — Não;
Prisco Viana — Sim;
Ribeiro Tavares — Não;
Sérgio Brito — Não;
Waldyr Pires — Não.

Minas Gerais

Annibal Teixeira — Não;
Aracely de Paula — Não;
Armando Costa — Sim;
Avelino Costa — Não;
Célio de Castro — Não;
Christóvam Chiaradia — Não;
Edmar Moreira — Sim;
Elias Murad — Não;
Felipe Neri — Não;
Fernando Diniz — Não;
Genésio Bernardino — Não;
Getúlio Neiva — Não;
Humberto Souto — Não;
Israel Pineiro — Sim;
João Paulo — Não;
João Rosa — Não;
José Belato — Não;
José Geraldo — Não;
José Ulisses de Oliveira — Não;
Luiz Tadeu Leite — Não;
Marcos Lima — Não;
Maurício Campos — Não;
Neif Jabur — Não;

Nilmário Miranda — Sim;
Odelmo Leão — Não;
Osmâno Pereira — Sim;
Paulino Cícero de Vasconcelos —

Sim;

Paulo Heslander — Não;
Pedro Tassis — Não;
Ronaldo Perim — Não;
Samir Tannús — Não;
Sandra Starling — Sim;
Saulo Coelho — Sim;
Sérgio Naya — Não;
Tilden Santiago — Sim;
Vittorio Mediolli — Sim;
Wagner do Nascimento — Não;
Zaire Rezende — Sim.

Espírito Santo

Aloizio Santos — Não;
Etevalda Grassi de Menezes — Não;
Jones Santos Neves — Não;
Paulo Hartung — Sim;
Rita Camata — Não;
Roberto Valadão — Não;
Rose de Freitas — Sim

Rio de Janeiro

Artur da Távola — Não;
Benedita da Silva — Sim;
Carlos Alberto Campista — Não;
Carlos Lupi — Não;
Carlos Santana — Sim;
César Maia — Não;
Cidinha Campos — Não;
Edésio Frias — Não;
Eduardo Mascarenhas — Sim;
Jair Bolsonaro — Não;
Jamil Haddad — Não;
Jandira Feghali — Não;
Junot Abi-Ramia — Não;
Laerte Bastos — Não;
Nelson Bornier — Não;
Paulo Portugal — Não;
Paulo Ramos — Não;
Roberto Jefferson — Não;
Sandra Cavalcanti — Sim;
Sérgio Arouca — Não;
Sérgio Cury — Não;
Sidney de Miguel — Não;
Vivaldo Barbosa — Sim;
Vladimir Palmeira — Sim.

São Paulo

Alberto Goldman — Sim;
Aldo Rebelo — Não;
Aloizio Mercadante — Sim;
André Benassi — Sim;
Antônio Carlos Mendes Thame —

Sim;

Arnaldo Faria de Sá — Não;
Ary Kara José — Não;
Beto Mansur — Não;
Cardoso Alves — Não;
Eduardo Jorge — Sim;
Ernesto Gradella — Sim;
Fabio Meirelles — Não;
Florestan Fernandes — Sim;
Gastone Righi — Não;
Geraldo Alckmin Filho — Sim;

Heitor Franco — Não;
Hélio Bicudo — Sim;
Hélio Rosas — Não;
Irma Passoni — Sim;
José Cicote — Sim;
José Dirceu — Sim;
José Genofino — Sim;
José Serra — Sim;
Koyu Iha — Sim;
Liberato Caboclo — Não;
Luiz Carlos Santos — Não;
Luiz Gushiken — Sim;
Marcelo Barbieri — Não;
Mendes Botelho — Não;
Oswaldo Stecca — Sim;
Roberto Rollemberg — Sim;
Robson Tuma — Não;
Solon Borges dos Reis — Não;
Tidei de Lima — Sim;
Tuga Angerami — Sim;
Walter Nory — Não.

Mato Grosso

Wellington Fagundes — Não.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — Sim;
Benedito Domingos — Não;
Eurides Brito — Não;
Maria Laura — Sim;
Sigmaringa Seixas — Sim.

Goiás

Antonio de Jesus — Não;
Antônio Faleiros — Sim;
João Natal — Não;
Lazaro Barbosa — Não;
Maria Valadão — Não;
Mauro Miranda — Sim;
Osório Santa Cruz — Sim.

Mato Grosso do Sul

George Takimoto — Não;
Nelson Trad — Não;
Valter Pereira — Não;
Waldyr Guerra — Não.

Paraná

Basilio Villani — Não;
Carlos Scarpelini — Não;
Delcino Tavares — Não;
Edesio Passos — Sim;
Élio Dalla-Vecchia — Não;
Flávio Arns — Sim;
Joni Varisco — Não;
Luiz Carlos Hauly — Não;
Matheus Iensen — Não;
Max Rosenmann — Sim;
Onaireves Moura — Não;
Paulo Bernardo — Sim;
Pedro Tonelli — Sim;
Romero Filho — Não;
Rubens Bueno — Não;
Said Ferreira — Não;
Wilson Moreira — Sim.

Santa Catarina

Ângela Amin — Sim;
Dércio Knop — Não;

Eduardo Moreira — Não;
Hugo Biehl — Não;
Luiz Henrique — Sim.
Neuto de Conto — Sim.
Orlando Pacheco — Não;
Renato Vianna — Sim

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — Não;
Adylson Motta — Sim;
Amaury Müller — Não;
Arno Magarinos — Não;
Carlos Azambuja — Sim;
Carrion Júnior — Sim;
Eden Pedroso — Sim,
Fernando Carrion — Não,
Ivo Mainardi — Sim;
Jorge Uequet — Não;
Nelson Jobim — Sim,
Odacir Klein — Sim,
Oswaldo Bender — Não;
Raul Pont — Sim;
Telmo Kirst — Não;
Victor Faccioni — Não.

O Sr. Ricardo Murad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RICARDO MURAD (Bloco — MA) — Sr. Presidente, apenas para orientar os deputados do Bloco Parlamentar, o voto é “não”. Votando “não”, vota-se pelo aumento do número de deputados na comissão de Orçamento.

A Sr^a. Beth Azize — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra à nobre Congressista.

A SRA. BETH AZIZE (PDT — AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex^a, em razão de estarem chegando agora números de deputados que não estavam aqui durante a discussão ou encaminhamento de votação da emenda, para esclarecer S. Ex^a que, votando “não” se aumenta o número da composição da comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Aumenta-se o número de deputados e senadores na comissão. Votando “sim”, diminui-se o número de deputados e senadores na comissão.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Ouço o nobre Congressista.

O SR. HAROLDOLIMA (PC do B — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não estamos votando a diminuição de membros da comissão. O voto “sim” mantém o número atual, que é o número necessário para que a comissão funcione e, como há o rodízio de 50% não há esse risco, Sr. Presidente. A nossa emenda mantém o número atual, isto é, 84. Fazer uma comissão

de 120 parlamentares. Sr. Presidente, é para não funcionar. Queremos uma comissão democrática, racional e que funcione para afirmar as prerrogativas do Congresso. É “sim”, a favor da nossa emenda, mantendo o número atual, ninguém está diminuindo o número de membros. É “sim.” Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Lembro à Casa que os pronunciamentos de liderança já foram feitos.

O Sr. Edison Fidélis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Ouço o nobre Congressista.

O SR. EDISON FIDÉLIS (PTB — RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, no curso do processo da votação, frequentes intervenções terminam por influenciar os votos dos congressistas. É uma espécie de boca de urna. Queremos informar que o nosso voto é “não”, para democratizar, e que o voto “sim”, exige, justamente, a manutenção dos atuais membros.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — As bancadas já foram todas orientadas por seus líderes, não se faz necessária a repetição.

O SR. EDISON FIDÉLIS — O PTB que acompanhou o PT, para democratizar no revezamento, fica até surpreso por essa posição, porque, efetivamente, só se democratiza uma comissão, ampliando. Não há por que cercar a ampliação do número de parlamentares, não existe inconveniente. Temos certeza de que a maioria dos parlamentares, principalmente porque este Congresso encontra-se, renovado, quer participar, quer trabalhar, e só se consegue votando “não”.

O PTB ratifica a sua posição votando “não,” para dar mais oportunidade, principalmente, aos novos congressistas.

A Sr^a. Beth Azize — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação a V. Ex^a e à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra à nobre Congressista.

A SRA. BETH AZIZE (PDT — AM. Para explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, apenas para uma explicação que devo a V. Ex^a e à Casa, em razão das questões que foram colocadas após a minha intervenção. Quando se fala em democratizar, Sr. Presidente, não estou colocando em dúvida a honorabilidade dos membros da atual comissão de Orçamento. Quero apenas que se acabe com essa fantasia e com essa lenda que existe por aí de que a comissão de Orçamento é hoje gabinete das empreiteiras deste País.

Agora, Sr. Presidente, quero deixar bem claro uma coisa: votar “sim” a esta emenda é valorizar a máxima da sabedoria popular que diz o seguinte: quanto menos somos, melhor passamos.

Muito obrigada.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que fizesse cumprir o Regimento. Nós estamos votando e vários deputados aqui estão aliciando a votação na tribuna, fazendo encaminhamentos indevidos. Isso é anti-regimental. Faria um apelo a V. Ex^a, Sr. Presidente, no sentido de que não permitisse a violação do Regimento na hora em que se está votando.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Todos os Srs. deputados já votaram?

A Presidência informa aos Srs. Congressistas que o posto à esquerda da Mesa está livre.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas em relação a algumas questões que foram aqui colocadas, acreditamos que há uma ilusão de achar que o aumento do número de parlamentares na comissão no caso, aumenta a participação. A participação é dada pelo rodízio. O aumento do número torna a comissão impraticável e mais sujeita a ser conduzida por uma minoria. Por isso, estamos votando “sim”. Muitos dos que estão votando “não”, estão procedendo de maneira equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência vai encerrar a votação.

O Sr. Jorge Uequet — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JORGE UEQUED (PSDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nas várias vezes que tentei votar deu código duplicado. Agora, vejo que meu nome aparece no painel.

Então, para assegurar o meu voto, comunico a V. Ex^a que meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Vou encerrar a votação. (Pausa.) Encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Votaram “sim”: 78 Srs. Deputados, e não “184”.

Não houve abstenções.

Total: 262 votos

A matéria foi rejeitada na Câmara dos Deputados, não irá ao Senado Federal.

A Sr^a. Beth Azize — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra a nobre Congressista.

A SRA. BETH AZIZE (PDT — AM. Pela ordem.) — Sr. Presidente, acabou o privilégio do partido dos economistas, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se à votação da Emenda nº 34:

Incluir no art. 8º do Projeto de Resolução nº 8/90-CN os seguintes parágrafos:

“Art. 8º
.....

§ Salvo no que diz respeito ao projeto de lei orçamentário anual, um membro da Comissão não poderá ser designado Relator uma segunda vez na mesma sessão legislativa, se existir algum membro que não tenha sido ainda designado para tal.

§ Somente poderão ser designados relatores os membros titulares da comissão.”

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, ainda temos uma votação nominal. Foi pedido votação nominal para esse caso?

O SR. 1º SECRETÁRIO (Inocêncio Oliveira) — A Secretaria esclarece que leu um requerimento subscrito pelo nobre Deputado José Genoíno, apoiado pelos Deputados José Serra, Líder do PSDB, Carlos Lupi, Líder do PDT, e pelo Senador Eduardo Suplicy, Líder do PT, no Senado, pedindo votação nominal para as Emendas nºs 7 e 46 do Substitutivo do Projeto de Resolução, assim como as Emendas nº 34 e 53 do mesmo substitutivo.

Há um requerimento que foi aprovado, pedindo a votação nominal para quatro emendas.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, existiam duas emendas: a nossa emenda limitando em vinte o número de emendas, mas nós abrimos mão, para apoiar a emenda do PSDB — Emenda nº 53, e o número do destaque é 556 — para limitar em trinta. Portanto, nós retiramos a emenda de vinte e apoiamos a emenda do PSDB de trinta.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Emenda de nº 53 será a próxima a ser submetida à votação.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, gostaria de esclarecer ao nobre Líder José Genoíno

que o acordo foi para três votações nominais. Já fizemos duas, falta a terceira. Entendo que devemos proceder à votação nominal imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O requerimento aprovado em plenário estabelece quatro votações.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, proponho a V. Exª que a votação, agora, desse requerimento e desse destaque seja simbólica, e que votemos nominalmente a Emenda nº 53.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência procederá à votação na Câmara dos Deputados.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, essa emenda é inconstitucional, pois restringe o poder da iniciativa do parlamentar. Não deveríamos ter número limitado de emendas para Orçamento, porque aí vamos limitar para projetos de lei, para emendas a Regimento. Isto cerceia a liberdade da iniciativa. O parlamentar não pode ficar amarrado a trinta emendas, a vinte emendas, a dez emendas, porque é inconstitucional. Mas como aqui se vê de tudo, vamos discutir...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa está submetendo a Emenda nº 34 à votação na Câmara dos Deputados.

O SR. GERSON PERES — Sr. Presidente, não foi isso que eu ouvi do Deputado José Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa está submetendo à votação simbólica na Câmara dos Deputados a Emenda nº 34.

O SR. GERSON PERES — Sr. Presidente, pediria a V. Exª que lesse a Emenda nº 34.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu pediria a atenção de V. Exª, porque tenho a impressão — posso estar equivocado e o Sr. 1º Secretário ajudar-me-á nisso — de que esta emenda se refere a dispositivo que já votamos. Ela deve estar prejudicada, se é emenda que foi anunciada, porque votamos para manter o texto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Inocêncio Oliveira) — Ela está parcialmente aprovada, nobre Líder Genebaldo Correia. Esta secretaria,

por autorização da presidência, vai ler a emenda, para que o plenário possa, então, decidir.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos propondo que haja uma troca: não votaremos nominalmente a emenda que limita em 30 o número de emendas para cada deputado. No lugar desta limitação que estamos propondo, queremos votar nominalmente essa emenda que propõe o rodízio de relatores.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Emenda nº 53 trata do limite de 30 emendas por Parlamentar.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estamos propondo uma inversão: que se vote, imediatamente, inclusive para assegurar o **quorum** da sessão, a emenda sobre rodízio de relatores, através de voto nominal; a seguir, pelo voto simbólico de liderança, que se vote essa emenda do teto para apresentação de emendas. Esta é a proposta acordada para inversão de prioridades na votação nominal. Solicitamos que seja lida e votada.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, não concordamos com a inversão do que estava estabelecido.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, chamaria a atenção da assessoria da Mesa para o § 4º do art. 10, que diz o seguinte:

“As designações dos relatores de projeto de lei de créditos adicionais obedecerão ao critério do rodízio entre os membros da comissão, vedada a indicação de um mesmo parlamentar como relator de mais de um projeto, referente à mesma unidade orçamentária em cada sessão legislativa.”

Esta matéria foi objeto de um destaque, e o plenário manteve o texto. Ele não pode ser alterado. Esta emenda está prejudicada, Sr. Presidente!

O Sr. Gerson Peres — Claro, isto é matéria vencida.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, esta emenda, na verdade, estabelece uma alteração, seguindo, inclusive, o princípio que se deseja, ou seja, que o mesmo parlamentar não seja várias vezes relator de um setor do orçamento.

É preciso explicar que unidade orçamentária é uma coisa muito pequena. Um ministério tem muitas unidades orçamentárias. Os créditos adicionais que vêm, em geral, contém várias unidades orçamentárias. Se não for feita a alteração proposta, perpetuaremos os relatores. Ao sei relator de um crédito adicional, não estará repetindo uma unidade orçamentária, porque cada crédito tem muitas unidades dentro. Aqui há, portanto, um erro técnico: ao se falar em unidade orçamentária, muitas pessoas têm a impressão de que é um ministério, o DNER etc., mas não é. É uma coisa muito menor.

Portanto, a nossa emenda vai mais no espírito do que se quer, que é a não-perpetuação de relatores em algumas áreas do orçamento governamental. É uma emenda fundamental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa esclarece ao nobre Líder Genebaldo Correia que a sua intervenção referente ao § 4º do art. 10 tem uma diferença substancial em relação à Emenda nº 34 ora submetida à votação. Portanto, não procede a intervenção do nobre líder.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, como disse o Deputado José Serra, o que S. Exª quer evitar é a expressão “unidade orçamentária”. Votamos justamente o destaque e mantivemos este texto. É referente à mesma unidade orçamentária. Claro que votamos.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre congressista.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a emenda que foi apresentada à Mesa é para o art. 8º. Nós não queremos rodízio sobre o varejo; queremos rodízio também no atacado do orçamento, que define as diretrizes fundamentais de elaboração do orçamento. Que se mantenha a emenda e queremos voto nominal.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Democrático Social não concorda com a inversão da votação nominal, senão pediremos verificação de **quorum**, para

a emenda que limita em 30 a apresentação de emendas ao orçamento.

Julgamos essa emenda inconstitucional. Ela não deveria nem ter sido aceita pela Mesa, pois é **flagrantemente inconstitucional**. Acabamos de aumentar o número de Deputados na Comissão para 120, como bem lembrou o nobre Deputado Ibrahim Abi-Ackel agora, para justamente fiscalizar, para a comissão andar livremente.

Não podemos limitar o número de emendas. Não podemos cercear esse direito. De forma que queremos votação nominal para esta emenda, porque julgamos que ela infringe a Constituição. Os parlamentares não podem ficar limitados por uma resolução que proíbe a apresentação de mais de 30 emendas. Se eu quiser apresentar a 31ª, não há nada que me impeça.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, queria lembrar que o requerimento que solicita a votação nominal é de co-autoria do PT, do PSDB e do PDT. Portanto, não procede essa intervenção, porque não há nenhum requerimento por parte do orador, solicitando votação nominal de qualquer emenda. O requerimento é nosso, e estamos acordados em substituir a prioridade da votação nominal pelo número de emendas para o rodízio de relator. O acordo é do PDT, PSDB e PT.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não é preciso líder de partido apresentar requerimento para votação nominal. Basta requerer da tribuna. Tanto isto é verdade que, no caso de não concordarmos, iremos pedir verificação de votação, e ela terá que ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Solicitamos aos ilustres Líderes da Casa que favoreçam o processo de votação, sem o qual estaremos prendendo os Srs. Congressistas, sem poder prosseguir a votação.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, foi acordado entre os partidos de que teríamos três votações nominais — e peço o testemunho do Deputado José Genoíno: a questão do número de membros da Comissão, a questão do rodízio e a questão

do número de emendas que cada parlamentar pode apresentar.

Acordamos que essas três matérias seriam votadas nominalmente. Agora está sendo proposto que esta terceira votação será de uma outra emenda e não relativa àquilo que foi acertado.

De maneira que lamento não poder concordar com a proposição do Deputado José Genoíno neste momento.

O Sr. Ricardo Murad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RICARDO MURAD (Bloco — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero colocar a posição do Bloco Parlamentares.

Concordamos com a colocação do Líder Genebaldo Correia. Fizemos um acordo para votar nominalmente três emendas, e falta a votação da terceira. Se quiserem um acordo posterior sobre outro assunto, poderemos fazê-lo, mas vamos manter a votação da terceira emenda, que trata da limitação do número de emendas Parlamentares.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é verdade que fizemos o acordo para votar no mérito, nominalmente, os três assuntos polêmicos. Já votamos dois e, agora, vamos votar o terceiro.

O que sugeri aqui, às lideranças, era manter o número de destaque de votação nominal e, apenas, se trocar o destaque; algo que já ocorreu em outras sessões do Congresso Nacional. Mas, veja bem, Sr. Presidente, na medida em que a Liderança do PMDB está levantando a sua discordância em relação à troca de um conteúdo do destaque, para manter o acordo — e fizemos esses acordos, é verdade —, mantemos a votação do número de emendas...

O Sr. Gerson Peres — Então, está bem. Agora, sim.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — ... porque fiz a sugestão para votar a limitação do número de emendas. Se o Líder do PMDB, da Oposição, não aceita trocar o conteúdo do destaque, eu, sinceramente, me rendo ao acordo que foi feito pela Liderança do PMDB.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acontece que o requerimento aprovado contemplava quatro votações nominais, contemplava quatro! O que estamos propon-

do é renunciar a uma votação nominal, que é a da limitação do número de emendas perante a Comissão de Orçamento e manter a outra.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa confirma que o requerimento contém quatro votações nominais, está aqui.

O Sr. Carlos Lupi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem V Exª a palavra.

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, já existe o acordo firmado. A Mesa já está se pronunciando sobre o encaminhamento da votação. Já há o acordo de todas as lideranças para que seja mantido o acordo firmado por escrito, subscrito, inclusive, pelo PDT. Está aí assinado, vamos manter o acordo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Consulto as Lideranças se há um entendimento sobre a matéria, em andamento ou feito. Caso não haja, submeterei imediatamente à votação nominal as Emendas nºs 34 e 53.

O Sr. Domingos Juvenil — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. DOMINGOS JUVENIL (PMDB — PA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, queria registrar a minha presença e dizer que o meu voto foi proferido de acordo com orientação da minha Bancada pelo Líder Genebaldo Correia.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência consulta as Lideranças e submeterá à votação a Emenda nº 34, nominal.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, há um acordo de entendimento de que o rodízio de relatores vai valer para todas as dotações, inclusive para créditos adicionais.

Portanto, retiramos, em função desse acordo com o Líder do Governo e do PMDB, e um acordo de entendimentos sobre a redação que está no § 4, retiramos a necessidade de votação nominal da emenda que estabelece rodízio de relator porque está contemplado pelo entendimento de que o rodízio vale, pelo § 4º, para todos os relatores da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Perfeitamente. A Presidência retira a Emenda nº 34 em função do acordo de Lideranças e passa-se à votação nominal da Emenda nº 53:

“Art. A apresentação de emendas a projetos de lei orçamentária anual e de créditos adicionais não excederá o limite de 30 (trinta) por parlamentar.”

A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que ocupem os seus lugares para a votação da Emenda nº 53, que trata da limitação em 30 o número de emendas por parlamentar.

A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS recomenda à sua Bancada votar “não” nesta Emenda porque ela infringe a Constituição e as prerrogativas dos deputados.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O PDS vota “não”.

O Sr. Aloizio Mercadante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta emenda introduz a possibilidade de emenda de partido, assinada pelo Líder, com prioridade na tramitação. Nós queremos que os partidos assumam a discussão do projeto de elaboração orçamentária e, nesse sentido, ela fixa, assim, o limite de 30 emendas para cada parlamentar porque a concepção de elaboração do orçamento muda de qualidade pela responsabilidade partidária. Portanto, nós votamos pela emenda. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O PT vota “sim”.

O Sr. Ricardo Murad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. RICARDO MURAD (Bloco — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para orientar o Bloco Parlamentar, nós entendemos que o deputado deve ser livre para apresentar quantas emendas desejar. Portanto, o nosso voto é “não” à emenda. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O Bloco Parlamentar vota “não”.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre congressista.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, nós votaremos favoravelmente à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O PCB vota “sim”.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nós entendemos que, pela Constituição ninguém pode impedir o deputado de apresentar quantas emendas quiser. Se cada parlamentar quer aqui se autolimitar, é uma decisão pessoal. Pessoalmente sou contra essa emenda. Entendo que não se pode limitar a capacidade do parlamentar de emendar. Voto “não”.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre Líder do PDC.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PDC recomenda o voto “não”, deixando livre os seus parlamentares, para que primem pela qualidade e não pela quantidade. O voto é “não”.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre Líder do PSDB.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto “sim”. Se houver 30 emendas por parlamentar, isso nos leva a 18 mil emendas, o que significa uma quantidade impossível de ser analisada. Com o limite de 30, significa 18 mil emendas. Realmente, a ação de modificação no orçamento por cada parlamentar tem que se concentrar naquilo que é essencial para ser modificado. Por cada item podem ser apresentadas 200.800 emendas, o que tira a possibilidade de uma análise por parte dos relatores dessas emendas. Não se trata de coagir a liberdade, trata-se de viabilizá-la.

A Srª Beth Azize — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra a nobre Líder do PDT.

A SRA. BETH AZIZE (PDT — AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, o Líder do PMDB nesta Casa se contrapõe a essa emenda sob o argumento que nós estamos nos autolimitando. O nobre Deputado José Serra falou meia hora e eu vou falar só uma frase.

Aqui se têm imposto limitações das mais absurdas. Por exemplo, o ilustre Deputado Roberto Freire foi limitado por esta Casa para usar a palavra como representante do Par-

tido de S. Ex^o no Congresso Nacional. Determinar ou fixar o número de 30 emendas por cada deputado não é autolimitação. Limitação é o que se faz aqui quando se impede lideranças expressivas de usar a palavra em nome do seu partido.

O PDT não aceita esse entendimento e pede ao Plenário que vote pela limitação do número de emendas, para acabar com essa orgia de Parlamentar fazer — é verdade — de emendas à comissão cabo eleitoral na sua campanha.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aqui nenhum deputado pratica orgia quando apresenta suas emendas. É uma falta de respeito da deputada ao Parlamentar.

O deputado que não tem o direito de palavra deve pedir a inconstitucionalidade do Regimento. Não se pode fazer comparações absurdas. Somos todos responsáveis.

A Sr^a Beth Azize — Sr. Presidente, eu não usei a expressão orgia para denegrir a idoneidade de ninguém. Falei em orgia de emendas

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PTR?

O SR. BENEDITO DOMINGOS (PTR — DF) — Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Renovador vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PL?

O SR. JONES SANTOS NEVES (PL — ES) — Sr. Presidente, o PL entende que não se pode cercear o direito do deputado de apresentar emendas. Por isso, orienta sua bancada para que vote “não”.

O Sr. José Carlos Sabóia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o nobre Líder do PSB

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro quer deixar bem clara sua posição. Somos a favor da limitação. Entendemos que é uma questão regimental. Não fere o direito constitucional dos Deputados, porque qualquer deputado pode apresentar emendas a favor da questão da educação, da construção de estradas em todos os municípios do seu estado, concentrando tudo em uma única emenda. É simplesmente uma questão operacional de respeito à inteligência do Parlamento e do Parlamentar. Somos a favor da emenda. Votaremos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PT?

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP.) — Sr. Presidente, contra a orgia do papel, votaremos “sim” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PMDB?

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB — BA.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PTB?

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP.) — Sr. Presidente, o PTB orienta a sua bancada a votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PC do B?

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA.) — Sr. Presidente, o PC do B vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do Bloco?

O SR. RICARDO MURAD (Bloco — MA) — Sr. Presidente, o bloco vota “não”

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação e selecionar os seus votos, acionando, simultaneamente, o botão preto do painel e a chave sob a bancada, até que as luzes se apaguem.

Os Srs. Deputados que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos, afastando-se após o registro.

(Procede-se à votação)

Roraima

Alceste Almeida — Não;
Francisco Rodrigues — Não;
Júlio Cabral — Não;
Teresa Jucá — Não.

Amapá

Aroldo Góes — Sim;
Eraldo Trindade — Não;
Fátima Pelaes — Não;
Lourival Freitas — Sim;
Murilo Pinheiro — Não;
Valdenor Guedes — Não.

Pará

Alacid Nunes — Não;
Domingos Juvenil — Não;
Gerson Peres — Não;
Giovanni Queiroz — Sim;
Hermínio Calvino — Não;
Vícias Ribeiro — Não;
Paulo Rocha — Sim;
Paulo Titan — Não;
Socorro Gomes — Sim.

Amazonas

Beth Azize — Sim.

Acre

Célia Mendes — Não;
João Tota — Não;
Mauri Sérgio — Não;
Zila Bezerra — Não.

Tocantins

Eduardo Siqueira Campos — Não;
Freire Júnior — Não;
Hagahus Araújo — Sim;
Leomar Quintanilha — Sim;
Osvaldo Reis — Não.

Maranhão

Cesar Bandeira — Não;
Cid Carvalho — Sim;
Costa Ferreira — Não;
Haroldo Sabóia — Sim;
João Rodolfo — Não;
José Carlos Sabóia — Sim;
José Reinaldo — Não;
Nan Souza — Não;
Ricardo Murad — Não;
Roseana Sarney — Não.

Ceará

Antônio dos Santos — Não;
Ariosto Holanda — Sim;
Ernani Viana — Sim;
Gonzaga Mota — Não;
Jackson Pereira — Sim;
José Linhares — Sim;
Luiz Girão — Sim;
Maria Luiza Fontenele — Sim;
Sérgio Machado — Sim;
Ubiratan Aguiar — Não.

Piauí

B. Sá — Não;
Ciro Nogueira — Não;
Felipe Mendes — Não;
João Henrique — Não;
José Luiz Maia — Não;
Paes Landim — Não;
Paulo Silva — Não.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — Não;
Henrique Eduardo Alves — Não;
João Faustino — Sim.

Paraíba

José Luiz Clerot — Não;
José Maranhão — Não;
Vital do Rego — Não.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — Sim;
Gustavo Krause — Sim;
Inocêncio Oliveira — Não;
Luiz Piauhylo — Sim;
Miguel Arraes — Sim;
Nilson Gibson — Não;
Renildo Calheiros — Sim;
Roberto Freire — Sim;
Wilson Campos — Não.

Alagoas

Olavo Calheiros — Sim;
Roberto Torres — Não.

Sergipe

Benedito de Figueiredo — Não;
Everaldo de Oliveira — Não.

Bahia

Alcides Modesto — Sim;
 Ângelo Magalhães — Não;
 Beraldo Boaventura — Abstenção;
 Clóvis Assis — Sim;
 Genebaldo Correia — Não;
 Haroldo Lima — Sim;
 Jabes Ribeiro — Sim;
 Jaques Wagner — Sim;
 João Almeida — Não;
 João Carlos Bacelar — Sim;
 José Falcão — Não;
 Luiz Moreira — Não;
 Luiz Viana Neto — Sim;
 Pedro Irujo — Não;
 Ribeiro Tavares — Sim;
 Sérgio Brito — Sim;
 Sérgio Gaudenzi — Sim;
 Waldir Pires — Sim.

Minas Gerais

Aécio Neves — Sim;
 Agostinho Valente — Sim;
 Aloisio Vasconcelos — Não;
 Annibal Teixeira — Sim;
 Aracely de Paula — Sim;
 Armando Costa — Não;
 Avelino Costa — Não;
 Célio de Castro — Sim;
 Edmar Moreira — Não;
 Elias Murad — Não;
 Felipe Neri — Não;
 Fernando Diniz — Não;
 Genésio Bernardino — Não;
 Getúlio Neiva — Não;
 Humberto Souto — Não;
 Ibrahim Abi-Ackel — Não;
 Israel Pineiro — Sim;
 João Paulo — Sim;
 João Rosa — Sim;
 José Aldo — Sim;
 José Belato — Sim;
 José Ulisses de Oliveira — Sim;
 Lael Varella — Sim;
 Luiz Tadeu Leite — Sim;
 Neif Jabur — Sim;
 Nilmário Miranda — Sim;
 Odelmo Leão — Não;
 Osmânio Pereira — Sim;
 Paulino Cícero de Vasconcelos — Sim;
 Paulo Heslander — Sim;
 Pedro Tassis — Não;
 Ronaldo Perim — Sim;
 Samir Tannús — Não;
 Sandra Starling — Sim;
 Saulo Coelho — Sim;
 Sérgio Naya — Não;
 Tilden Santiago — Sim;
 Vittorio Mediolí — Sim;
 Wagner do Nascimento — Sim;
 Zaire Rezende — Sim.

Espírito Santo

Aloizio Santos — Não;
 Etevalda Grani de Menezes — Não;
 Jones Santos Neves — Não;
 Paulo Hartung — Sim;

Rita Camata — Não;
 Roberto Valadão — Não

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — Não;
 Arolde de Oliveira — Sim;
 Artur da Távola — Sim;
 Benedita da Silva — Sim;
 Carlos Alberto Campista — Sim;
 Carlos Lupi — Sim;
 Carlos Santana — Sim;
 César Maia — Não;
 Cidinha Campos — Sim;
 Edésio Frias — Sim;
 Eduardo Mascarenhas — Sim;
 Francisco Silva — Não;
 Jair Bolsonaro — Sim;
 Jamul Haddad — Sim;
 Jandira Feghali — Sim;
 Junot Abi-Ramia — Não;
 Laerte Bastos — Sim;
 Nelson Bornier — Não;
 Paulo Portugal — Sim;
 Paulo Ramos — Não;
 Roberto Jefferson — Não;
 Sérgio Arouca — Sim;
 Sérgio Cury — Não;
 Sidney de Miguel — Sim;
 Vivaldo Barbosa — Sim;
 Vladimir Palmeira — Sim.

São Paulo

Aldo Rebelo — Sim;
 Aloizio Mercadante — Sim;
 André Benassi — Sim;
 Antônio Carlos Mendes Thame — Sim;
 Arnaldo Faria de Sa — Não;
 Ary Kara — Não;
 Diogo Nomura — Sim;
 Edevaldo Alves da Silva — Não;
 Eduardo Jorge — Sim;
 Ernesto Gradella — Sim;
 Fábio Meirelles — Não;
 Florestan Fernandes — Sim;
 Geraldo Alckmin Filho — Sim;
 Hélio Bicudo — Sim;
 Hélio Rosas — Não;
 Irma Passoni — Sim;
 José Cicote — Sim;
 José Dirceu — Sim;
 José Genoíno — Sim;
 José Serra — Sim;
 Koyu Iha — Sim;
 Luiz Carlos Santos — Não;
 Luiz Gushiken — Sim;
 Magalhães Teixeira — Sim;
 Manoel Moreira — Não;
 Marcelo Barbieri — Não;
 Maurici Mariano — Não;
 Mendes Botelho — Não;
 Osvaldo Stecca — Sim;
 Roberto Rollemberg — Não;
 Robson Tuma — Não;
 Sólón Borges dos Reis — Sim;
 Tuga Angerami — Sim;
 Valdemar Costa — Abstenção;
 Walter Nory — Não

Mato Grosso

João Teixeira — Não;
 José Augusto Curvo — Não;
 Rodrigues Palma — Não;
 Wellington Fagundes — Sim.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — Sim;
 Benedito Domingos — Não;
 Eurides Brito — Não;
 Maria Laura — Sim;
 Sigmaringa Seixas — Sim.

Goiás

Antonio de Jesus — Não;
 Lázaro Barbosa — Não;
 Luiz Soyer — Sim;
 Maria Valadão — Não;
 Zé Gomes da Rocha — Não.

Mato Grosso do Sul

George Takimoto — Não;
 Nelson Trad — Não;
 Valter Pereira — Não.

Paraná

Antônio Barbara — Sim;
 Basílio Villani — Não;
 Carlos Scarpelini — Não;
 Delcino Tavares — Não;
 Edesio Passos — Sim;
 Flávio Arns — Sim;
 Joni Varisco — Não;
 Luiz Carlos Hauly — Não;
 Matheus Iensen — Não;
 Max Rosenmann — Sim;
 Onaireves Moura — Não;
 Paulo Bernardo — Sim;
 Pedro Tonelli — Sim;
 Reinhold Stephanes — Sim;
 Romero Filho — Não;
 Rubens Bueno — Não;
 Said Ferreira — Não;
 Wilson Moreira — Sim;

Santa Catarina

Ângela Amin — Sim;
 Hugo Biehl — Não;
 Luiz Henrique — Não;
 Neuto de Conto — Não;
 Orlando Pacheco — Não;
 Renato Vianna — Não.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — Sim;
 Adylson Motta — Não;
 Amaury Müller — Sim;
 Carlos Azambuja — Não;
 Eden Pedroso — Não;
 Fernando Carrion — Não;
 Ivo Mainardi — Sim;
 Jorge Ueque — Sim;
 Odacir Klein — Sim;
 Osvaldo Bender — Sim;
 Raul Pont — Sim;
 Victor Faccioni — Não;
 Wilson Müller — Sim.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é muito importante V. Exª insistir na convocação de todos os Srs. Deputados. Esta é a última votação nominal, as outras serão simbólicas, e é importante votarmos simbolicamente a redação final, para que a Comissão de Orçamento se instale e possamos votar a LDO, que tem prazo constitucional.

Portanto, é importante um apelo aos Srs. Deputados para que venham ao plenário e deem número nesta última votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência, respaldando a intervenção do nobre Líder José Genoíno, convoca todos os Srs. Deputados para virem ao plenário votar. Precisamos alcançar o **quorum** qualificado de 252. É a última votação nominal. Portanto, se faz necessário alcançar o **quorum**.

O Sr. Ricardo Murad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O Sr. Ricardo Murad (Bloco — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para ajudá-lo, peço a todos os deputados do Bloco Parlamentar que se dirijam ao plenário, a fim de que tenhamos o número necessário à votação dessa emenda.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero reiterar aqui o que já foi dito, pedir aos Srs. Parlamentares que se encontrem em seus gabinetes que venham votar. Porque se isso não for votado, não teremos a regulamentação da Comissão de Orçamento e o trabalho continuará atrasado. Não podemos permitir que isso aconteça pela ausência de cinquenta ou sessenta parlamentares. Eu pediria a V. Exª, Sr. Presidente, que, por favor, mandasse acionar os mecanismos de chamada dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência determina que se acionem todos os mecanismos de convocação dos Srs. Congressistas, pela sinalização eletrônica.

O SR. JOSÉ SERRA — Esta, inclusive, é a última votação nominal, porque os outros destaques e emendas foram retirados.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presi-

dente, formulo à Presidência apelo para que anuncie pelos microfones a votação, pois a sessão não está com número suficiente porque muitos deputados, ao longo da discussão, ou foram tomar um lanche, ou foram para os gabinetes. Estamos nos ressentindo de quase 30 deputados ausentes.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O **quorum** até o presente momento em plenário está em 216 Srs. Deputados e precisamos atingir 252. Portanto, esta presidência solicita a todos os Srs. Deputados que compareçam ao plenário para votar. É fundamental que se alcance o **quorum** para que se possa concluir esse processo de votação e instalar a comissão imediatamente que vai tratar da questão orçamentária do Congresso.

O Sr. Ricardo Murad — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RICARDO MURAD (Bloco — MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com a autorização de V. Exª, faço apelo a todos os Deputados do Bloco Parlamentar que ainda não votaram para que ocorram ao Plenário e tenhamos o número necessário à concretização da votação que é muito importante.

O Sr. Artur da Távola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a atenção de V. Exª, aproveitando esse interregno, para um assunto que é do interesse de todos, embora não se refira especificamente à votação.

Estou observando, Sr. Presidente, que o nível de ruído, oriundo dos alto-falantes da Casa, está acima de qualquer capacidade humana de absorção.

Funcionando a Casa com a plenitude de hoje, sente-se ainda mais que há algo no controle dos alto-falantes desta Casa. Qualquer deputado ou senador presente no plenário, para conversar com quem está ao seu lado, simplesmente precisa gritar, o que ainda aumenta o barulho e, possivelmente, leva os setores encarregados do som da Casa a, não apenas aumentá-lo, como abrir os registros de agudo. É evidente, e todos sabemos, que o excesso de carga sonora provoca uma série de distúrbios, cansaços prematuros. Não sei se é uma percepção exagerada do ouvido deste parlamentar; não sei se é comum a todos os demais, mas, queria pedir à Mesa da Casa que, junto ao serviço de som, estudasse o grau de intensidade cabível, porque, realmente, se torna insuportável sentar-se neste plenário, particularmente quando o fazemos perto da linha do semicírculo de auto-falantes que constitui este plenário. Deixo o apelo com V. Exª, Sr. Presidente. Se for uma im-

pressão pessoal, peço desculpas; mas, se for comum aos demais congressistas, solicito, para o bem da saúde mental de todos, que esse problema seja sanado.

Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. Exª faz uma constatação que tem procedência. Em especial, por ser o presidente desta sessão um arquiteto — conheço bem essas questões. De forma que, V. Exª tem toda a razão. Vou mandar proceder a algumas avaliações dessa questão do ruído e da questão do desempenho do sistema de som da Casa, para que isto não signifique uma sobrecarga física, como V. Exª acabou de fazer referência. Tem todo procedimento a sua constatação. A Mesa vai verificar o que é possível, tecnicamente, para amenizar esse problema.

O Sr. João Teixeira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Ouço o nobre Congressista.

O SR. JOÃO TEIXEIRA (Bloco — MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer um apelo aos Srs. Deputados do Bloco, que se encontram nos restaurantes, nos seus gabinetes, porque falta ainda o voto de 30 Srs. Parlamentares para conseguirmos o **quorum**. Faço um apelo a V. Exª, Sr. Presidente, para que espere mais alguns minutos.

Aproveito, ainda, Sr. Presidente, para orientar o voto “não”. Espero que todos venham ao plenário aproveitar a oportunidade dessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O **quorum** de plenário alcançou 232 votos, mas teremos que alcançar 252 votos.

O Sr. Olavo Calheiros — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. OLAVO CALHEIROS (— AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a V. Exª que faça um apelo aos líderes partidários para que sejam mais racionais.

Esta Casa se arrastou agora numa discussão por quase uma hora, em cima de uma matéria que já tinha um acordo, e esse acordo acabou prevalecendo. A discussão durou quase uma hora, impaciente este plenário, e agora estamos sem **quorum** para continuar a votação.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero concordar com o nobre Deputado Artur da Távola, mas apenas lembro e solicito até, se possível, a intervenção do nobre Deputado Inocêncio Oliveira para comunicar que eu fui informado

que a Mesa da Câmara já está providenciando uma completa reforma nesse sistema de som aqui do plenário. Apenas uma comunicação para justificar, inclusive, a manifestação do nobre Deputado Artur da Távola, com a qual concordo inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Muito oportuna a intervenção de V. Ex^a O Sr. 1^o Secretário fará esclarecimentos sobre o assunto

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Inocêncio Oliveira) — Esta presidência, em adendo às palavras do nobre Líder do PMDB, Deputado Genebaldo Correia, e do nobre Deputado Artur da Távola, informa ao plenário que o Presidente Ibsen Pinheiro já determinou, e a 1^a Secretaria da Câmara providenciou a aquisição de um novo material, que vem se somar ao atual, para que o som do plenário seja da melhor qualidade.

No dia 27 deste mês estará instalado o novo serviço de som, que, por certo, haverá de corrigir as falhas existentes hoje neste sistema de som.

Também o Presidente Ibsen Pinheiro determinou, e a 1^a Secretaria está providenciando, a instalação de um relógio para marcar o tempo dos oradores, para que assim o orador não ultrapasse demasiadamente o tempo destinado à utilização da tribuna.

Com esses esclarecimentos, a 1^a Secretaria, em nome do Presidente Ibsen Pinheiro, espera ter esclarecido o plenário as providências que estão sendo tomadas pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O plenário aguarda a presença de mais oito Srs. Deputados para completar o **quorum**.

O Sr. Benedito Domingos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. BENEDITO DOMINGOS (PTR — DF. Pela ordem.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTR solicita a presença dos membros do partido. Faltam apenas oito votos.

O Sr. José Serra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faltam apenas oito deputados para dar número.

Além do apelo aos Srs. Deputados, permito-me sugerir a V. Ex^a que faça, também, apelo aos Srs. Senadores, porque em seguida haverá a votação no Senado Federal.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ — (Bloco — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, se a emenda não for aprovada na Câmara dos Deputados, ela não irá ao Senado Federal.

Gostaria de chamar a atenção de V. Ex^a que com o voto do nobre Deputado Paes Landim, teremos apenas o número de seis — há, agora, mais um deputado.

Gostaria que o Presidente, em exercício, do Congresso Nacional fizesse um aviso — da Presidência — porque algumas Comissões estão reunidas, alertando que, em existindo sessão do Congresso Nacional, as comissões não poderão estar reunidas. E esses Deputados que estão nas Comissões, se acorrerem ao plenário, já que agora estão faltando apenas cinco parlamentares, concluiremos a votação de uma matéria de extrema importância.

Se não foi concluída a votação, inclusive, da redação final, não teremos as regras para a instalação da Comissão Mista de Orçamento. Portanto, poderemos colocar em risco o recesso do mês de julho, pois iremos atrasar a instalação da Comissão e instalada a Comissão, ainda não teremos oportunidade temporal de iniciarmos a discussão da LDO.

Gostaria de lembrar aos Srs. Parlamentares que se a LDO não for votada não teremos o recesso parlamentar. Já estamos com 249 votos colhidos; estão faltando apenas 3 votos para que tenhamos o **quorum** suficiente e, consequentemente, possamos concluir a votação dessa emenda. Em seguida concluiremos nossos trabalhos

Chamo a atenção dos Srs. Parlamentares, porque esta votação é a última que será realizada pelo processo nominal, as demais serão pelo voto simbólico, já que há acordo de Lideranças nesse sentido. Então, poderemos dar por concluída esta votação

Encareço aos Srs. Parlamentares, que estão em seus gabinetes ou que estão nas Comissões, bem como nas CPI, que acorram ao plenário, pois apenas 2 deputados concluiriam a votação desta emenda. Consequentemente, poderemos concluir os nossos trabalhos e, em seguida, passarmos à instalação da Comissão de Orçamento

Chegamos ao **quorum**. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência vai encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Votaram SIM 120 Srs. Deputados, e Não 132. Houve 2 abstenções. Total de votos: 254. Rejeitada na Câmara, não vai ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Foram retiradas pelos aespctivos autores os Requerimentos de Destaques n^{os} 533, 534, 535, 543, 546, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 562, 563 e 564

A matéria retorna às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa redação final que será lida pelo Sr. 1^o Secretário

É lida a seguinte

PARECER Nº 17, DE 1991-CN

Redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 1990-CN que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 8, 1990-CN, que “dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 155 da Constituição Federal”.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1991. — **Mauro Benevides** — **Alexandre Costa** — **Dirceu Carneiro** — **Rachid Saldanha Derzi** — **Ibsen Pinheiro** — **Naldir Pires** — **Inocêncio Oliveira** — **Genesio Bernardino** — Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 17, DE 1991-CN

Redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 1990-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional resolve.

CAPÍTULO I Da Composição

Art. 1º Esta resolução é parte integrante do Regimento 166 da Constituição Federal e sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do mesmo artigo, que passa a denominar-se Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Art. 2º A comissão tem como finalidade:

I — examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais, assim como sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II — examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, inclusive no que se refere ao disposto nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal

Art. 3º A comissão compõe-se de cento e vinte membros titulares, sendo noventa deputados e trinta senadores.

Parágrafo único. Cada partido ou bloco parlamentar terá, na comissão, tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 4º Na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada Sessão Legislativa, a Mesa

do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na comissão, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária.

§ 1º Aplicado o critério do **caput** deste artigo e verificada a existência de vagas, estas serão destinadas aos partidos ou blocos parlamentares, levando-se em conta as frações do quociente partidário, da maior para a menor.

§ 2º As vagas que eventualmente sobra-rem, após aplicado o critério do parágrafo anterior, serão distribuídas, preferencialmente, às bancadas ainda não representadas na comissão, segundo a procedência no cálculo da proporcionalidade partidária.

§ 3º A proporcionalidade partidária estabelecida na forma deste artigo prevalecerá por toda a Sessão Legislativa.

Art. 5º Estabelecida a representação prevista no artigo anterior, os líderes indicarão ao Presidente do Senado Federal, até o quinto dia útil do mês de março, os nomes que integrarão as respectivas bancadas na comissão, como titulares e suplentes.

§ 1º Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das lideranças, o Presidente do Senado Federal fará a designação dos integrantes das respectivas bancadas.

§ 2º O mandato da primeira comissão a ser instalada na forma desta resolução terminará com a instalação da comissão subsequente, na primeira quinzena do mês de março de 1992.

Art. 6º A representação, na comissão, é do partido ou do bloco parlamentar, competindo ao respectivo líder solicitar, por escrito, ao Presidente do Senado Federal, em qualquer oportunidade, a substituição de titular ou suplente por ele indicado ou designado pelo Presidente na forma do disposto no § 1º do art. 5º.

§ 1º Será desligado da comissão o membro titular que não comparecer, durante a Sessão Legislativa, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, convocadas para votação nos termos do § 3º deste artigo.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, o presidente da comissão comunicará, imediatamente, ao respectivo líder do partido ou bloco parlamentar para que seja providenciada a substituição nos termos do **caput** deste artigo.

§ 3º A comissão só poderá se reunir para votação após convocação escrita aos seus membros com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

Art. 7º Anualmente, serão renovados, no mínimo, cinquenta por cento dos membros titulares da comissão, sendo vedada a permanência de qualquer parlamentar por mais de dois anos consecutivos.

Parágrafo único. Os parlamentares somente poderão ser reconduzidos à comissão após interregno equivalente a seu último período de permanência.

CAPÍTULO II Da Direção

Art. 8º A comissão terá um presidente e três vice-presidentes, eleitos por seus pares, em reunião a ser realizada nos cinco dias úteis que se seguirem a sua constituição, com mandato de um ano, vedada a reeleição.

§ 1º As funções de presidente, vice-presidente, relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual e relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias serão exercidas, a cada ano, alternadamente, por representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, conforme o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º A primeira eleição, na forma desta resolução, para presidente e 2º vice-presidente, recairá em representantes do Senado Federal e a de 1º e 3º vice-presidentes em representantes da Câmara dos Deputados, alternando-se, anualmente, conforme disposto no parágrafo anterior.

§ 3º A designação do relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a do relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, não recairá em membro da Casa a qual pertença o presidente da comissão.

§ 4º O suplente da comissão não poderá ser eleito para funções previstas neste artigo, nem ser designado relator.

Art. 9º O presidente será, nos seus impedimentos, ou ausências, substituído por vice-presidente, na sequência ordinal, e, na ausência deles, pelo membro titular mais idoso da comissão, dentre os de maior número de legislaturas.

Parágrafo único. Se vagar o cargo de presidente ou de vice-presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, que deverá recair em representante da mesma Casa, salvo se faltarem menos de três meses para o término do mandato, caso em que será provido na forma indicada no **caput** deste artigo.

Art. 10. Compete ao presidente, respeitado o disposto nos §§ 1º, 3º e 4º do art. 8º e nos §§ 4º e 5º deste artigo, designar relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual e o relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a indicação das lideranças partidárias ou dos blocos parlamentares, bem como os demais relatores que se fizerem necessários aos trabalhos da comissão, observado, sempre que possível, o critério da proporcionalidade partidária.

§ 1º No caso de designação de relatores parciais para apresentação de seus relatórios a subcomissão específica, serão indicados, também, relatores setoriais que consolidarão os relatórios parciais, na forma do § 3º do art. 21 desta resolução, cabendo ao relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual adequar os pareceres setoriais aprovados em cada subcomissão, vedada qualquer modificação de parecer setorial, ressalvadas as alterações por ele propostas e aprovadas pelo

Plenário da comissão, bem como as decorrentes de destaques aprovadas pela comissão.

§ 2º Caso não haja constituição de subcomissões, caberá ao relator-geral da Lei Orçamentária Anual adequar os pareceres parciais aprovados, vedada qualquer modificação, ressalvadas as alterações por ele propostas e aprovadas pelo Plenário da comissão.

§ 3º O relator que, no prazo a ele deferido, não apresentar o seu parecer será obrigatoriamente substituído.

§ 4º As designações dos relatores de Projetos de Lei de Créditos Adicionais obedecerão ao critério do rodízio dentre os membros da comissão, vedada a indicação de um mesmo parlamentar como relator de mais de um projeto referente à mesma unidade orçamentária em cada Sessão Legislativa.

§ 5º Na designação dos relatores parciais ou setoriais da Lei Orçamentária Anual será adotado o critério de rodízio de forma que não seja repetido, no ano subsequente, o mesmo relator para a mesma unidade orçamentária.

CAPÍTULO III Dos Procedimentos SEÇÃO I Das Emendas

Art. 11. Não serão apreciadas, pela comissão, emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e Créditos Adicionais que:

I — sejam incompatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II — incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para estados, municípios e Distrito Federal;

III — sejam constituídas de várias partes, que devam ser objeto de emendas distintas;

IV — contrariem as normas de funcionamento da comissão.

Parágrafo único. Somente serão apreciadas emendas relativas aos casos previstos no inciso II deste artigo quando se referirem a:

a) correção de erro ou omissão; ou

b) cancelamento, parcial ou total.

Art. 12. As emendas ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias somente serão apreciadas quando compatíveis com o Plano Plurianual e não contrariarem as normas de funcionamento da comissão.

Art. 13. O relator das Contas do Presidente da República apresentará parecer, que concluirá por um projeto de decreto legislativo, ao qual poderão ser apresentadas emendas, na comissão, no prazo de quinze dias a partir de sua publicação.

Art. 14. As propostas de modificação das matérias constantes do art. 166 da Constituição Federal, enviadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º daquele artigo, serão recebidas até o início da respectiva votação na comissão, e apreciadas como emendas.

Art. 15. As Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados poderão apresentar relatórios e sugestões, sob a forma de emendas, aos projetos de lei que tramitam na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, até o término do prazo de emendas e relativos às matérias que lhe sejam pertinentes regimentalmente.

Parágrafo único. As emendas de que trata este artigo terão preferência, na ordem de votação, sobre as emendas de parlamentares, respeitado o disposto no inciso VII do art. 19.

Art. 16. O relator-geral da lei orçamentária Anual apresentará parecer preliminar que, depois de aprovado pelo Plenário da Comissão, estabelecerá os parâmetros que, obrigatoriamente, deverão ser obedecidos pelos relatores parciais ou setoriais na elaboração de seus relatórios, inclusive quanto à apreciação das emendas.

§ 1º A comissão estabelecerá prazo para a apresentação de indicações para o parecer preliminar, as quais deverão ser publicadas e apreciadas pelo relator-geral.

§ 2º As indicações que implicarem aumento da despesa deverão indicar, também, a respectiva fonte de receita.

§ 3º O parecer preliminar será apresentado pelo relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual até o término do prazo de emendas votado, na comissão, nos cinco dias úteis que se seguirem.

SEÇÃO II

Dos Prazos

Art. 17. As mensagens do Presidente da República encaminhando os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais serão recebidas pelo Presidente do Senado Federal e encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em quarenta e oito horas após a comunicação imediata às duas Casas do Congresso Nacional.

Art. 18. A tramitação das proposições referidas no artigo anterior obedecerá aos seguintes prazos:

I — Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

a) até cinco dias para publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento;

b) quinze dias para a apresentação de emendas perante a comissão, a contar da distribuição de avulsos;

c) até cinco dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para sua apresentação;

d) até trinta dias para que a Comissão encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu Parecer sobre o Projeto e as Emendas.

II — Projeto de Lei Orçamentária Anual:

a) até cinco dias para a publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento;

b) quinze dias para a apresentação de emendas perante a comissão, a contar da distribuição de avulsos;

c) até dez dias, para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para sua apresentação;

d) até quarenta dias para conclusão da votação dos pareceres parciais, setoriais e final pela comissão;

e) até vinte dias para a sistematização do parecer final sobre o projeto e as emendas, e encaminhamento do parecer final consolidado à Mesa do Congresso Nacional.

III — Projetos de Créditos Adicionais.

a) até cinco dias para a publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento;

b) oito dias para a apresentação de emendas perante a comissão, a contar da distribuição de avulsos;

c) até cinco dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do encerramento do prazo para sua apresentação;

d) até quinze dias, contados do recebimento das emendas, para que a comissão encaminhe à Mesa do Congresso Nacional o seu parecer sobre o projeto e as emendas.

§ 1º Aplicar-se-á ao Projeto de Lei relativo ao Plano Plurianual o disposto no inciso II deste artigo.

§ 2º A Comissão, pela maioria absoluta de seus membros, poderá ampliar os prazos de que tratam as alíneas "b", "c" e "d" do inciso III, devendo comunicar a decisão ao Presidente do Senado Federal.

SEÇÃO III

Disposições Gerais

Art. 19. Após a sua instalação, a comissão elaborará e fará publicar seu regulamento interno, obedecidas, entre outras, as seguintes normas:

I — nenhum membro da comissão poderá falar mais de cinco minutos sobre emenda, salvo o relator que poderá falar por último pelo dobro desse tempo;

II — se algum congressista pretender esclarecer a comissão sobre emenda de sua autoria, poderá falar por, no máximo, três minutos;

III — a critério da comissão, faltando três dias para o encerramento do prazo para a apreciação do parecer, o projeto e as emendas poderão ser apreciados na comissão sem discussão ou encaminhamento;

IV — não se concederá vista de parecer, projeto ou emenda;

V — as emendas inadmitidas, com a respectiva decisão, serão publicadas separadamente das aceitas, da decisão caberá recurso de seu autor para a comissão;

VI — serão publicadas, em avulsos, as emendas aprovadas ou rejeitadas com o respectivos pareceres;

VII — na comissão, serão votadas, em grupos, as emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário do relator, ressalvados os destaques.

Parágrafo único. Independentemente da elaboração do regulamento interno, as normas explicitadas neste artigo prevalecerão desde a instalação da comissão.

Art. 20. Os pedidos de verificação durante a votação, somente poderão ser feitos com o apoio de dez por cento dos membros presentes dentre os representantes de cada Casa na comissão.

Art. 21. A comissão poderá criar subcomissões temáticas permanentes em número nunca superior a oito, objetivando a racionalização dos seus trabalhos.

§ 1º As matérias pertinentes a cada uma das subcomissões poderão ser apreciadas no seu âmbito antes da apreciação pelo Plenário da comissão.

§ 2º Os projetos de lei de Créditos adicionais que contenham matéria da competência de mais de uma subcomissão poderão ser divididos para apreciação das subcomissões pertinentes.

§ 3º No caso do Projeto de Lei Orçamentária Anual, os pareceres parciais serão apreciados em cada subcomissão específica pertinente.

§ 4º Os pareceres setoriais aprovados pela subcomissão serão adequados pelo relator-geral da Lei Orçamentária Anual, na forma do disposto no § 1º do art. 10, e apreciados pelo plenário da comissão.

§ 5º Dentre as subcomissões a que se refere o caput deste artigo é criada, em caráter permanente, subcomissão incumbida de acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária, nos termos do art. 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, que atuará sem prejuízo do exercício de atribuições semelhantes pelas outras subcomissões e pelas demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas.

§ 6º As atribuições e composição das subcomissões serão estabelecidas pela comissão.

§ 7º Na composição de cada subcomissão será obedecida a mesma representatividade de cada uma das Casas do Congresso Nacional na comissão e, sempre que possível, a proporcionalidade partidária.

Art. 22. A apreciação dos pareceres ocorrerá somente três dias úteis após a sua distribuição, nos casos dos pareceres finais dos Projetos de Lei do Orçamento Anual, das Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual, e dois dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a comissão dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros.

Art. 23. As deliberações da comissão iniciar-se-ão pelos representantes da Câmara dos Deputados, sendo que o voto contrário da maioria dos representantes de uma das Casas importará em rejeição da matéria.

Art. 24. O parecer da comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo requerimento, para que a emenda seja submetida a votos, assinado por um décimo dos congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria em plenário.

Art. 25. A redação final aplicar-se-á o disposto no art. 51 do Regimento Comum, concedendo-se, entretanto, à Comissão Mis-

ta de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o prazo de três dias para sua elaboração.

Art. 26. A comissão, objetivando a racionalização dos seus trabalhos técnicos, legislativos e administrativos, constituirá uma subcomissão especial com a incumbência de estudar e propor, dentro de noventa dias, as medidas necessárias para a criação, nos termos do art. 57, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, da assessoria técnica da comissão com a utilização, preferencialmente, de pessoal e de recursos técnicos e materiais de ambas as Casas do Congresso Nacional.

Art. 27. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tendo em vista a aprovação do Projeto de Resolução nº 8, de 1990-CN, a Presidência solicita aos Srs. Líderes que façam as indicações dos representantes de seus partidos na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no máximo até o dia 20 do corrente.

A Presidência comunica ao Plenário que o prazo para apresentação das emendas ao

projeto de lei de diretrizes orçamentárias se encerrará no próximo dia 21, às 18 horas e 30 minutos, no Serviço de Comissões Mistas do Senado Federal.

Para os Projetos de Lei nºs 1, 2, 4 e 5, de 1991-CN, que se referem a abertura de créditos, é estabelecido o prazo de 17 a 24 do corrente para apresentação de emendas, no mesmo local.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, para a apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 10 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 3.519,65

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 3.519,65

J. avulso Cr\$ 71,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Brasília — DF
CEP: 70160.**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 340 páginas, contém as seguintes matérias.

Medidas provisórias — *Rual Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 — *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional — *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos — *Giuseppi da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 — *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração — *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais — *Adhemar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Superior Tribunal de Justiça — *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário — *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da destinação — *Nelson Saldanha*
A atuação dos procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes — *Vitor Fernandes Gonçalves*

Concerto de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste — *Mário Roberto Villanova Nogueira*
Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços — *José Carlos Costa Netto*
Bem de família — *Zeno Veloso*
Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro — *Jorge Barrientos Parra*
"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo — *Yamil e Sousa Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação — *Edivaldo M. Boaventura*
A biblioteca legislativa e seus objetivos — *Eduardo José Wense Dias*
Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores — *Dr. Daniel E. Moeremans*
La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español — *Antonio M^a Lorca Navarrete*

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I, 22º andar —
Praças dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991
(nºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

MACHADO DE ASSIS E A POLÍTICA

Livro de crônicas de Machado de Assis sobre o *Senado do Império*.

Apresentação do Senador NELSON CARNEIRO, Presidente do Congresso Nacional; dos escritores Austregésilo de Athayde, Afonso Arinos, Afrânio Coutinho, Carlos Castelo Branco, Luiz Viana Filho, José Sarney, Josué Montello, Marcôs Vinícius Vilaça, Raymundo Faoro.

“Política, como eu e o meu leitor entendemos, não há. E devia agora exigir-se do melro o alcance do olhar da águia e o rasgado de um vôo? Além de ilógico seria crueldade.”

(DRJ, 1-11-1861)

“Cada Ministro gosta de deixar entre outros trabalhos um que especifique o seu nome no catálogo dos administradores.”

(DRJ, 10-12-1861)

Edição comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Machado de Assis.

“Deve-se supor que é esse o escolhido do Partido do Governo, que é sempre o legítimo.”

(DRJ, 10-11-1861)

“Em que tempo estamos? Que País é este?”

(DRJ, 12-6-1864)

“Se eu na galeria não posso dar um berro, onde é que hei de dar? Na rua, feito maluco?”

(A Semana, 27-11-1892)



Edição Limitada
ADQUIRA SEU EXEMPLAR

Edição Normal
Edição Especial

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF — CEP 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Coordenação de Atendimento ao Usuário — Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS